



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Evento realizado na 79ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do Seminário da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2011
- 1.2 - 57ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a Igreja Cristã Maranata pelos 45 anos de sua fundação
- 1.3 - 28ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/10/2013

#### Presidência dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Paulo Lamac

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Seminário da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2011.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Paulo Lamac) - Destina-se esta parte da reunião à realização do Seminário da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2011.

#### Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. deputado federal Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso do Sul, presidente da referida comissão; e deputado federal Nilmário Miranda, do PT de Minas Gerais, relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2011, que inclui o transporte público como direito social; a Exma. Sra. deputada federal Luiza Erundina, autora da PEC nº 90/2011; e os Exmos. Srs. deputado federal Isaías Silvestre, do PSB de Minas Gerais; deputado federal Padre João, do PT de Minas Gerais; e deputado Rogério Correia.

#### Seminário da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2011

O presidente - Composta a Mesa, passamos a condução dos trabalhos ao deputado federal Marçal Filho, do PMDB, presidente da Comissão Especial da PEC nº 90.

O coordenador (deputado federal Marçal Filho) - Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos às senhoras e aos senhores presentes. É uma satisfação estar aqui e pisar pela primeira vez em solo mineiro, eu que venho do Mato Grosso do Sul. Sou deputado federal pelo quarto mandato e resolvi assumir esse desafio do meu partido, PMDB, que me indicou como presidente da Comissão Especial que aprecia a Proposta de Emenda à Constituição nº 90, da nossa querida e combativa deputada federal Luiza Erundina, do PSB de São Paulo.



Uma mulher que tem uma trajetória brilhante na política brasileira, experiente no Executivo, tratou exatamente deste assunto que estamos debatendo hoje. As manifestações nas ruas trouxeram à tona o assunto do transporte público, do transporte coletivo e colocaram-no em pauta. Quero cumprimentar o colega deputado federal Isaías Silvestre, brilhante parlamentar da Câmara federal. Dividimos sempre a tribuna no Pequeno Expediente, estamos sempre presentes no Plenário. Encontro-me muito com ele no Plenário da Câmara federal. Somos 503 deputados federais; então, muitos parlamentares não se conhecem, cruzam-se raramente devido ao número. Mas, no caso do Isaías, temos relacionamento no Plenário da Câmara, onde a nossa presença é contumaz, na tribuna. Quero cumprimentar também o nosso relator, deputado federal Nilmário Miranda, que possui uma história brilhante neste país em prol dos direitos humanos e é nosso colega. Era seu admirador antes de ser deputado federal, quando ele já aparecia, se notabilizava por suas posições políticas. Hoje é uma satisfação estar ao lado dele e da deputada Luiza Erundina. Cumprimento ainda o nosso anfitrião, deputado Paulo Lamac, deputado estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que abriu as portas para que aqui estivéssemos, dando oportunidade para discutirmos esse assunto tão importante, que parece simples, mas, à medida que vamos nos aprofundando, percebemos o quanto é importante debatê-lo e chegar a um consenso sobre ele.

Todos sabem que a democracia não é um sistema político perfeito, mas é o melhor que existe e tem um preço. Às vezes as coisas demoram para acontecer, mas é bom que seja assim, porque todos têm oportunidade de participar. Ontem mesmo, estávamos lá, eu e os colegas parlamentares, e tínhamos a certeza absoluta do início da votação do Código de Processo Civil. Todos os líderes estavam em consenso, mas ao final, por uma questão ou outra, ela foi adiada para a semana que vem. Tenho certeza de que aqui, na Assembleia Legislativa, é da mesma forma, porque vivemos em uma democracia e temos de discutir isso firmemente. Eu, particularmente, como presidente, estou muito empenhado nessa proposta de emenda à Constituição para colocar o transporte público como um direito social. Estou fazendo o máximo esforço para que tenhamos a aprovação ainda este ano na comissão especial, e que já possamos estar com ela em Plenário. Por se tratar de emenda à Constituição, haverá dois turnos na Câmara e dois no Senado. Talvez não consigamos aprovar a medida *in totum*, porque dependemos das duas Casas. Mas, com certeza, vamos votar em novembro, na comissão especial, e dali vamos fazer, junto às nossas lideranças e ao presidente da Câmara federal, gestões para que entre na pauta ainda este ano, por se tratar de assunto importante.

Quero passar a palavra agora ao nosso relator, deputado Nilmário Miranda, ou à deputada Luiza Erundina. Graças ao cavalheirismo do deputado Nilmário Miranda e, evidentemente, pela competência, passo a palavra à deputada Luiza Erundina.

A deputada federal Luiza Erundina - Boa tarde a todos e a todas, aos internautas e aos telespectadores que estão nos acompanhando. Saúdo esta Mesa, que nos dá alegria e orgulho de estarmos juntos, numa fronteira comum, não apenas em relação a essa PEC, mas também às questões de interesse do País, suprapartidariamente, o que faz com que a nossa presença no Congresso tenha efetividade e eficácia a partir da atuação de pessoas como estes companheiros que se encontram aqui.

O companheiro Nilmário Miranda, velho militante da democracia e dos direitos humanos, continua tão bom ou melhor do que foi ou era. É sempre um prestígio e um estímulo militar a favor desse companheiro onde ele estiver, independentemente da causa que estiver defendendo, pois, com certeza, são causas de interesse popular.

Quero saudar o deputado federal Marçal Filho, presidente da nossa comissão especial, pois realmente tem-se dedicado a essa tarefa, tem-se empenhado para que essa comissão chegue a bom termo no tempo necessário, ou seja, para que não se espere mais que três anos, pois apresentamos essa PEC em 2011, antes mesmo da mobilização dos jovens pelo passe livre. Já estávamos militando com os jovens do Movimento Passe Livre, os quais, desde 2005, 2006, deram-se conta da importância dessa causa e a abraçaram. Foi isso que possibilitou que a Câmara dos Deputados e a Comissão de Constituição e Justiça se empenhassem para que a matéria viesse à discussão. Constituiu-se então uma comissão especial, que tem como presidente o deputado Marçal e como relator o nobre deputado Nilmário Miranda, com o apoio de companheiros como o Isaías Silvestre e todos os que fazem de seus mandatos instrumentos a serviço da luta e do interesse popular.

Saúdo o Paulo, nosso companheiro que preside esta reunião, um militante das causas populares, e as deputadas e os deputados presentes. Sei que também há vereadores e vereadoras aqui. Aliás, a primeira coisa que perguntei ao Paulo foi quantas deputadas havia na Assembleia Legislativa. Ele me deu os números, e achei a porcentagem muito pequena. Não chega aos 30% das cotas que defendemos nas chapas eleitorais. Por isso faço um apelo aos mineiros e às mineiras: precisamos aumentar esse número, pois somos mais da metade dos eleitores e da sociedade, entretanto, somos sub-representadas. Aqui há apenas quatro mulheres no meio de setenta e poucos deputados, e há apenas 9% na Câmara dos Deputados. Isso desmerece a democracia brasileira. Se pensarmos na metade dos negros e negras ou afrodescendentes que compõem a sociedade brasileira, constatamos que o percentual é menor que o nosso, das mulheres, que estamos no Congresso Nacional. Aliás, não há um índio no Congresso Nacional, prova de que ainda estamos engatinhando na consolidação e na construção da democracia do nosso país. Mas estamos aqui.

Vamos valorizar as conquistas, os avanços, o que o povo conquistou até agora, mas é preciso avançar, sobretudo, nos direitos sociais, no transporte e na mobilidade urbana. A própria legislação, a Constituição Federal, já reconhece esse direito. A Carta das Nações Unidas reconhece o transporte e a mobilidade urbana como direitos. Ela completa 65 anos neste ano, e a Constituição, 25 anos, portanto estamos atrasados no reconhecimento constitucional desse direito. Não se trata apenas de incluir o art. 6º da Constituição junto com a saúde, a educação, a segurança pública e o transporte coletivo. Isso gera direitos e, ao gerar direitos, gera dever do Estado e dos governos de garantir políticas públicas que enfrentem os custos de um serviço público essencial. Hoje os custos recaem somente sobre o usuário direto, o trabalhador, a trabalhadora, o usuário do transporte sobre rodas, do trem e do metrô. Isso tem de se reverter e, no mínimo, o conjunto da sociedade deve socializar a cobertura desses custos, que são muito pesados, chegando a 30% do orçamento do trabalhador, o que é absolutamente insuportável. Então é disso que trata esta comissão.

Estamos percorrendo várias capitais, assembleias legislativas e estados para dividir com a cidadania a criação de construções políticas para conseguirmos aprovar rapidamente essa PEC na Câmara dos Deputados e no Senado em dois turnos, para que 2014 não passe sem que esse direito esteja consagrado na Constituição Federal.



Deixo aqui meus cumprimentos à juventude e aos participantes do Passe Livre. Vocês estão nos ajudando muito, vocês nos trouxeram uma grande força. Sem vocês, provavelmente essa PEC apresentada em 2011 ainda estaria engavetada. Foram vocês que desengavetaram essa PEC na Câmara dos Deputados.

Estou feliz de estar em Minas, em Beagá. E deixo minha homenagem a essa figura emblemática que não deixa de aparecer em nosso coração, a D. Helena Greco, mulher extraordinária que lutou pela democracia, pela anistia, pelas eleições diretas, lutou pelos direitos de homens e mulheres deste país. Minha homenagem a essa mulher fantástica, extraordinária, que é sempre uma inspiração para nós, mulheres, e também para os homens democratas deste país. Muito obrigada.

O presidente - Registramos a presença dos vereadores Gilson Reis e Arnaldo Godoy.

O coordenador - Com a palavra, o relator da PEC nº 90, deputado federal Nilmário Miranda.

O deputado federal Nilmário Miranda - Boa tarde, amigos e amigas. É um prazer estar nesta Assembleia, onde fui deputado em 1986 e 1990. Sempre estamos aqui participando de audiências e outros momentos da Assembleia. Cumprimento ao ilustre presidente deputado federal Marçal Filho e ao presidente desta comissão, deputado Paulo Lamac; nossa querida Erundina, amiga de velha data; Isaías Silvestre; nossos deputados estaduais Rogério Correia, Adelmo Carneiro Leão e André Quintão, e a deputada estadual Liza Prado.

Fiquei encarregado de organizar esse evento aqui, e em São Paulo foi a nossa querida amiga. Buscamos um modo diferente das audiências anteriores, fizemos várias, até já criamos uma massa crítica muito boa para essa discussão do transporte como direito social, no art. 6º da Constituição. Discutimos com o Fórum Nacional da Reforma Urbana, uma luta antiga pelo transporte como direito social; o Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades; a Associação Nacional de Transportes Públicos; o Movimento em Defesa do Transporte Público, que também é antigo; entidades empresariais; o Ipea, que fez um estudo muito interessante, a Nota Técnica nº 3, discutindo as possibilidades de financiamento, caso o Brasil opte pela tarifa zero, por uma tarifa radicalmente reduzida; universidades; o movimento do Passe Livre, um dos primeiros a ser ouvido; a Conam, entidade nacional de associação de moradores; a Central de Mães Populares; a OAB; e pessoas como o Gregório, uma pessoa importantíssima para a discussão sobre transporte público no País.

Resolvemos fazer também essas audiências nos estados. Discutimos, por exemplo, o financiamento. Surgiu a hipótese de a Cide ser municipalizada para viabilizar o financiamento do transporte para sair desse eixo de usuário. Estamos procurando nos afastar disso. O usuário é quem paga e sustenta o sistema. Também discutimos bastante a relação entre transporte e mobilidade urbana. Chegou a existir uma proposta de substituir a palavra “transporte” por “mobilidade urbana”, o que não aceitamos. Não acatamos porque mobilidade urbana inclui transporte individual, o automóvel. O que queremos é colocar em primeiro plano o transporte coletivo de pessoas.

O que queremos hoje aqui? A PEC nº 90 é muito simples. O art. 6º discrimina os direitos sociais, como educação, saúde, cultura, moradia, trabalho, etc. Temos de colocar lá o transporte. A ideia é simples, mas muda a lógica do transporte público no País. Queremos ouvi-los, daí essa audiência pública. Queremos ouvir pessoas de variados lugares na sociedade, sobretudo as dos movimentos sociais, buscando o consenso político-social. O formato de nossas audiências consiste na formação da Mesa, com quatro ou cinco convidados, sendo que cada um fala por 20 minutos. Depois a palavra é aberta para de 10 a 12 pessoas. Faremos algo diferente aqui hoje. Propomos que o tempo nunca ultrapasse 5 minutos, para que possamos ouvir mais pessoas.

Quem serão os convidados a falar? Quando eu citar os nomes, as pessoas devem levantar a mão para que sejam identificadas. Depois todos serão novamente chamados. Citei o nome dos convidados, que falarão. O Sr. Ivanir Maciel, presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Daqui a pouco ele falará. O Sr. André Veloso, que está ali e representa a Assembleia Popular Horizontal. Ele tem um projeto de iniciativa popular para lei orgânica ligado ao transporte como direito social. A Sra. Antônia de Pádua, coordenadora da Central de Movimentos Populares de Minas Gerais, que lidera o movimento pelas moradias. A Antônia está ali. A Sra. Leila Soares Ferreira, coordenadora da União Metropolitana de Moradia Popular. Onde está a Leila? O Sr. Antônio Aleano Barbosa, coordenador da União dos Trabalhadores da Periferia de Belo Horizonte. É uma das mais antigas organizações. O Sr. Tiago Flores, representante do Movimento de Reintegração dos Hansenianos. Parece que é morador da comunidade de Citrolândia, em Betim. O Sr. Daniel dos Santos, que é secretário-geral da Federação de Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais. O Sr. Fernando Santana, presidente do movimento da Associação de Moradores de Belo Horizonte. Ele não veio? Não veio. O Sr. Romeu José Machado Neto, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Metrô de Belo Horizonte - Sindimetro. O Sr. Camilo Leles, secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Belo Horizonte.

Também convidamos o vereador Rodnei Ferreira Dias, de Nova Contagem, uma cidade dentro da cidade; a vereadora Terezinha Berenice de Souza Van Stralen, de Sabará, também da região metropolitana e a primeira que trabalha diuturnamente com isso; a vereadora Adriana Lara, de Vespasiano; o vereador Arnaldo Godoy, do Município de Belo Horizonte, que está em seu quinto mandato; a ex-prefeita de Contagem, Marília Campos, ex-deputada desta Casa e quem sabe futura; a Dra. Luzia de Paiva Reis, da Defensoria Pública do Estado; o Gilson Reis, vereador e presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais; a vereadora Lívia, de São João del-Rei; o companheiro Cláudio Vanderly de Souza, da Empresa de Transporte Transcon, de Contagem; e a nossa querida companheira Beatriz Cerqueira, presidente da CUT de Minas Gerais e coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE;

Algumas pessoas que não confirmaram presença encontram-se aqui. Se omiti algum nome, vamos completar a lista. Os deputados André Quintão e Rogério Correia e a deputada Liza Prado não precisam constar na lista e poderão participar da discussão a qualquer momento. Vamos seguir essa ordem e, se houver tempo, daremos oportunidade para outras pessoas falarem.

Fizemos uma mudança: o tempo será de 5 minutos para exposição. Ali há um relógio, e a pessoa poderá controlar seu tempo quando estiver falando da tribuna. Poderemos também avisá-los quando o tempo terminar. Queremos dar oportunidade para que o máximo de pessoas possam falar, não é deputado? Vamos também pedir para que todos contribuam, respeitando o limite de 5 minutos. Acho que



esse tempo é suficiente. O deputado Isaías Silvestre poderá falar também a qualquer momento. Se ele quiser, poderá falar agora, antes de ser chamado o primeiro inscrito.

O deputado federal Isaías Silvestre - Boa tarde a todos. Quero parabenizar nosso deputado Nilmário Miranda, que é o relator dessa PEC tão importante. A importância dela já se traduz pela vocação da nossa deputada Erundina, com sua sensibilidade de mulher. A proposição dela, em 2011, fez com que a realidade chamasse o Movimento Passe Livre para dar-lhe vida.

Hoje, em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa, está sendo realizada esta audiência, que é muito importante para nós, mineiros. A deputada Luíza Erundina, juntamente com nosso deputado Marçal Filho, presidente da comissão, vieram aqui para engrandecer esta reunião. Está sendo marcada uma data importante para nós, mineiros, que precisamos reverter esse jogo, que está sendo jogado sem que seja dado o real valor à vida daqueles que constroem esta nação e este estado.

Parabenizo a deputada Luíza Erundina, de quem nos orgulhamos pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo de sua carreira política. O nosso PSB, com a liderança que ela exerce, trouxe esse assunto tão importante neste momento. Parabenizo a Casa, o nosso anfitrião, deputado Paulo Lamac, que nos proporciona este momento de reflexão. Tenho certeza de que daqui vão surgir mais ideias para construirmos, a várias mãos, essa propositura que vai mudar a mobilidade urbana em nosso Brasil. Parabenizo cada um de vocês: os deputados estaduais presentes, a nossa prefeita Marília Campos, que fez um belíssimo trabalho em Contagem e continua lutando por aquela cidade. É preciso haver respeito pelos habitantes da nossa Grande BH, de Ribeirão das Neves, Contagem, Betim e Sabará. Vereadores presentes, vocês vão fazer a mudança desse modelo modal que está aí. Precisamos nos debruçar sobre esse assunto.

Quero encerrar minha fala parabenizando também esses jovens, que, com o Movimento Passe Livre, fizeram com que esse assunto, essa matéria, fosse valorizada em todos os estados da nossa Federação. Parabéns, deputado Marçal Filho, Dra. Erundina e nosso Nilmário Miranda, cuja trajetória conhecemos. Aliás, ele dispensa qualquer comentário sobre sua sensibilidade tanto na área de direitos humanos quanto nas áreas de mobilidade e moradia. Nilmário Miranda é sempre um marco na Câmara dos Deputados, representando Minas Gerais com muita dignidade. Ficamos felizes com essa convocação que ele, como relator, trouxe à nossa Assembleia Legislativa. Parabéns.

Peço licença para me ausentar, por causa da nossa agenda, mas ressalto que não poderia deixar de estar aqui neste momento tão significativo da vida de habitante de nossas Minas Gerais. Muito obrigado.

O coordenador - Nossos agradecimentos ao deputado Isaías Silvestre, nosso colega parlamentar da Câmara Federal.

Nosso anfitrião já nos explicou como se faz a contagem eletrônica do tempo. Em 5 minutos, o próprio sistema, como o da Câmara dos Deputados, avisa o orador sobre o tempo. Concedo a palavra, por 5 minutos, a Ivanir Maciel, presidente da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo da Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte. No último minuto, um apito avisará o orador sobre o tempo.

O deputado federal Nilmário Miranda - Acrescentamos mais dois nomes. Temos um limite, Ivanir, só para compartilhar a informação, pois o voo da deputada Luíza Erundina é às vinte horas e pouco. Todos sabemos da dificuldade, portanto, ela tem de sair daqui às 18 horas, impreterivelmente, e chegaram várias outras inscrições. Já estamos com 26 pessoas inscritas para falar. Se conseguirmos que todos falem no tempo de 5 minutos, poderemos abrir uma nova rodada para contemplar outras pessoas. Ouviremos o máximo de pessoas aqui hoje.

O Sr. Ivanir Maciel - Boa tarde a todos. Inicialmente quero cumprimentar o deputado federal Nilmário Miranda por trazer até aqui esta comissão especial, que vou chamar de caravana cidadã itinerante, que representa bem a nossa luta de usuários do transporte coletivo de ônibus e metrô. Cumprimento também a companheira deputada federal Luíza Erundina. Participando de movimentos populares, acompanho sua trajetória política pelo Brasil e sempre admirei seu trabalho. Agora vem com essa iniciativa de retomar a aprovação da PEC nº 90, que está desengavetando. Na verdade, é uma luta que significa muito para nós, usuários do transporte coletivo de ônibus e metrô do Brasil.

Conforme o deputado Isaías disse, entendemos que esse modal é perverso. É um modal de mercado, em que nós, usuários de transporte coletivo, nos sentimos maltratados pelos maus serviços, pelo absurdo das tarifas, pela má qualidade desse transporte coletivo do Brasil. Aqui em Belo Horizonte não é diferente. Talvez seja até um dos piores do País. Pagamos caro e não somos atendidos no serviço que nos é prestado dia a dia.

A UTC participou juntamente com os movimentos populares de Belo Horizonte dessa luta da tarifa zero e pela qualidade dos serviços. Portanto, a PEC nº 90 vai representar diretamente nossos anseios, por isso realmente precisamos realizar uma luta pelo Brasil a fora, conforme a comissão especial está fazendo, para que, por meio dessa PEC, se torne direito social o transporte coletivo de ônibus e metrô. Não aguentamos mais esse serviço tão sucateado, tão absurdo e tão caro. Conforme a deputada disse, tiram-nos 30% do nosso orçamento.

Percebemos que aqui em Belo Horizonte há pessoas que transitam a pé porque não têm condições de pagar pelo transporte público na RMBH. Portanto, queremos fazer parte dessa luta. A UTC sempre estará presente e, no que for possível, deputado federal Nilmário Miranda, conte conosco. Estamos juntos para abraçar e levantar essa bandeira. Vamos para a rua fazer com que os deputados federais em Brasília se sensibilizem com nossa luta, com nossa causa e aprovelem o mais rapidamente possível essa PEC, porque não aguentamos mais. Chega de sermos explorados e desrespeitados. A UTC traz aqui sua mensagem de participação e de luta. Juntos venceremos essa batalha. Não vou falar muito porque sou mais de militância, ou seja, pouco discurso e mais luta.

O coordenador - Muito bom. Agradecemos sua participação. Se todos colaborarem com o tempo, não deixaremos nossa querida Luíza Erundina perder seu voo. Com a palavra André Veloso, representante da Assembleia Popular Horizontal, que disporá de 5 minutos.

O Sr. André Veloso - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar principalmente a deputada Luíza Erundina e lhe dizer que seu mandato de prefeita de São Paulo foi uma inspiração para nós. É muito bom poder conhecê-la pessoalmente. Serei breve.

A Assembleia Popular Horizontal é uma congregação de pessoas oriundas de movimentos sociais, que surgiu no calor das manifestações de junho, na tentativa de dar mais conteúdo político e programático às manifestações das pessoas nas ruas. Durante



nossas manifestações, mais de 3 mil, 4 mil pessoas iam para debaixo dos viadutos, mas, a partir do segundo encontro, organizamos a assembleia em grupos de trabalhos - GTs -, e um desses grupos foi de mobilidade urbana, que está se reunindo há mais de quatro meses. Entre as diversas ações que fizemos, denunciemos o sistema de ônibus de Belo Horizonte, participamos de audiências públicas, entramos com denúncia no Ministério Público e tudo mais.

Mas também somos propositivos e encaminhamos um projeto de lei de iniciativa popular que institui a tarifa zero nos ônibus. Esse projeto está rodando, já faz mais de um mês que ele está aí, com cerca de 9 mil assinaturas. Precisamos de 95 mil assinaturas para entrarmos com esse projeto na câmara dos vereadores. O mais importante é que se tem feito aqui também o debate, trazendo as pessoas para a causa a fim de entenderem o que está acontecendo, o que caracteriza a situação do transporte público na cidade, por que é tão importante que o sistema seja gratuito e por que é uma injustiça tão grande ele ser financiado apenas pelos usuários. Ora, enquanto todas as pessoas da cidade são beneficiadas pelo sistema, grande parte delas não contribui.

Queria ressaltar uma coisa do nosso projeto de lei e acho que, no caso dos projetos municipais, é único. Tivemos apoio da OAB, e isso fez com que nosso projeto de lei mudasse. Era um projeto de lei ordinária e agora é uma emenda à lei orgânica do município. Ele é bem enxuto, tem só oito artigos e vai ao encontro do que a deputada falou. Passando a emenda, teremos uma instituição de direito muito mais forte do que uma lei ordinária, pois gera direitos e gera o dever do Estado de produzir política pública para isso. É exatamente isso que estamos falando. O debate técnico é importante, é fundamental discutir a questão da Cide, mas mais importante é entender que isso é uma questão política, é uma questão de quem está dando dinheiro, quem está pagando e quem o está embolsando. Isso é essencialmente político.

Se vamos discutir na esfera nacional, temos de falar aqui, por exemplo, de reforma tributária. Porque o sistema de transporte público, assim como o sistema tributário, no Brasil é regressivo na renda, os mais pobres pagam muito mais do que os mais ricos. Até hoje não há regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, são 25 anos, e não há essa regulamentação. Além disso, é preciso haver deste governo federal que está aí há 10 anos políticas públicas de incentivo ao transporte público. Não é possível que até hoje o subsídio ao transporte individual seja 12 vezes maior do que o subsídio ao transporte público. Só de isenção do IPI foram R\$3.000.000.000,00. Por alto, para instituir tarifa zero a nível nacional, é pela casa de 30 bilhões. Precisamos fazer essa mudança de verdade. Sobre a tarifa zero em BH, sabemos também que a mudança não pode ser só municipal. Estamos colocando aqui as questões metropolitanas. O sistema metropolitano é muito mais sucateado, muito mais precário, a máfia do transporte é muito pior nesse sistema. Há os outros municípios do País que não têm condições de arcar com esses custos. Então, é para fazer um sistema de tarifa zero nacional.

Estamos discutindo aqui, a partir dessa PEC, que se instituem instrumentos de fato, que se institua, por exemplo, o fundo nacional de transporte público, um subsídio de fato ao transporte público. Não podemos ficar aqui só na parte de parlamento. É um trabalho de desenvolvimento social. Estamos indo para as ruas, fomos para as ruas na sexta, vamos para as ruas em novembro porque há chance de a passagem aumentar de novo.

É isso. Queria agradecer ao pessoal esta oportunidade de falar e de continuar dialogando. Só uma coisinha: o projeto de lei está rodando aí, a prancheta está aí. Quem for eleitor de Belo Horizonte, por favor, assine. Não é preciso colocar o título de eleitor, só o nome completo, o nome da mãe, data de nascimento e assinatura. É isso, vamos para as 95 mil assinaturas. Obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, André Veloso, representando a Assembleia Popular Horizontal. Antônia de Pádua, coordenadora da Central de Movimentos Populares de Minas Gerais. Representante, é verdade.

A Sra. Antônia de Pádua - Boa tarde a todas e a todos. Queria cumprimentar aqui o deputado federal Marçal Filho e dizer que fico muito feliz, enquanto representante da Central de Movimentos Populares, de participar deste momento proporcionado pela sabedoria social. Só a deputada federal Luiza Erundina para proporcionar uma PEC com conteúdo social para o transporte coletivo. Fiquei duplamente feliz de saber, pelo Nilmário, que você e ele estavam juntos nessa proposta. Fica fácil divulgar, mais fácil levar para a frente sabendo que é uma coisa social e que há modelo de moradia popular que já foi incluído no Capítulo VI da Constituição. A proposta agora é incluir o transporte coletivo também na PEC para que ele tenha recursos públicos para subsidiar principalmente nós, população pobre deste país.

Assim, ficamos com vontade de falar algumas coisas, então vou resumir alguns pontos. Quero dizer que é importante que o transporte público seja confortável e pontual para que possamos divulgá-lo e, então, as pessoas que hoje usam tanto o carro possam dele usufruir. E, principalmente, que não seja tão poluente como é hoje.

Outra coisa é em relação à gestão dos recursos destinados ao transporte público. É importante que se faça a participação e o controle social desses recursos do transporte; o planejamento a curto, médio e longo prazo, para a construção do metrô. E não falo somente de Belo Horizonte, mas, no caso aqui, refiro-me ao de Belo Horizonte, Minas Gerais. É importante que a população defina os rumos desse metrô, porque constroem para os grandes centros, mas a população da periferia fica sempre não usufruindo das coisas belas que acontecem na cidade. Buscar incentivar a construção de outros itinerários dos trens urbanos na região metropolitana, inicialmente, porque são transportes não poluentes, pontuais, baratos, dos quais a população acaba não usufruindo.

Construção de bicicletários. Estimular seu uso nas áreas da periferia, como no Barreiro e em Venda Nova. Hoje temos muitos bicicletários, mas que ficam muito restritos a áreas ricas. É chique! Há bicicletário no Mangabeiras, na Savassi, e nós, da periferia, não temos como andar e compartilhar com os carros, porque, se sairmos de bicicleta, vamos morrer, pois não há um espaço reservado, os bicicletários. Então que se criem também as ciclovias para que esse transporte, que é bacana, seja usado também pela população pobre.

Uma outra proposta é que se tenha um conselho deliberativo dos transportes públicos do Brasil, com participação e controle social, para que os recursos sejam acompanhados. Resumindo, que os trilhos que estão aí sejam usados para levar mercadorias, que não sejam somente para levar minérios. Hoje vemos, nos trilhos, vários vagões indo embora com o nosso minério, não há outra utilidade para eles, que custaram tão caro. Então a proposta é essa. Tinha outras coisas para falar, mas quero terminar reafirmando que o transporte público deveria ter o controle social, a participação efetiva da população, para que a gente saiba onde está o dinheiro.



Temos de saber se tem dinheiro para construir, porque, se não tem, temos de ajudar a buscá-lo. Concretamente, que saibamos os rumos do transporte público no Brasil todo, especialmente falando de Belo Horizonte, Minas Gerais. Obrigada.

O coordenador - Obrigado, Antônia de Pádua. Estou vendo o nosso colega deputado federal Padre João. Aliás, com uma peculiaridade, se me permite o relator deputado Nilmário, quando aqui cheguei, deputado Padre João, na tribuna estava o deputado estadual Tadeu e ele, generosamente, chamou-me de Padre João. Ele falou: “Deputado Padre João, que está ao lado do Paulo”. Eu me senti honrado; e imediatamente o abençoei. Pois não, nobre relator.

O deputado federal Nilmário Miranda - Tínhamos convidado também um representante da BHTrans. No início ele não havia chegado, mas agora já está presente, é o Marcos Fontoura. Ele também vai ser incluído na lista, presidente. Também está presente aqui, se quiser fazer uso da palavra, nós vamos dar-lhe oportunidade, a Sra. Kátia Ferraz, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped.

O coordenador - Com a palavra, por 5 minutos o Sr. Marcos Fontoura, analista de transporte de trânsito.

O Sr. Marcos Fontoura - Boa tarde a todos. Vou falar rapidamente. O que tenho a falar é pouco, mas acredito ser bastante importante. Em 1988, a Constituição deu a todos nós, brasileiros, os direitos sociais, que foram oito. Doze anos após, uma emenda nos concedeu um novo direito, o direito à moradia. Dez anos se passaram, e ganhamos um novo direito, o direito à alimentação. Três anos depois, então, os deputados estão trabalhando para conceder aos brasileiros um novo direito, o direito ao transporte. Mas vou dizer-lhes, como cidadão que sou, e acredito que muitos pensem como eu, que nenhum desses direitos nos foi garantido na prática até hoje.

Então, apesar de eu achar que é muito importante que a Constituição nos garanta esse direito, isso terá efeito pouco prático, infelizmente. Acredito que o movimento Passe Livre em São Paulo, quando puxou as primeiras manifestações em junho, que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho de 2013, mostrou aos governantes que o problema é muito mais sério do que parecia. A população, parece-me, está dizendo aos governantes, até a mim, que sou gestor público, que algo tem de ser feito, e com celeridade.

Está aqui a nossa presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que está ao meu lado no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, todos os meses. A disputa que fazemos é que o transporte tem de ser para todos, e para todos com dificuldade de locomoção, com dificuldade visual e com dificuldade de pagamento. Sabemos que, do jeito que estamos hoje executando a gestão do transporte coletivo, essa não é a rota. Ela precisa ser modificada. As grandes cidades do Brasil estão implantando sistemas modernos de BRT. Até hoje não vi nenhum sistema projetado de BRT que atenda a todas as pessoas.

Deputada, não tenho a solução, mas posso dizer que o exemplo que a senhora deu em São Paulo é fundamental para todos nós. Quando Erundina foi prefeita de São Paulo, ela não se contentou em fazer a gestão como todos os prefeitos sempre fizeram. Ela disse que iria implantar a tarifa zero na cidade. Não conseguiu, mas disse que queria implantar. Então, estamos precisando de mais pessoas como a deputada Erundina, que anunciem que querem fazer, para que a população lhe dê forças. Naquele momento, a população de São Paulo, bem como a câmara, não a apoiaram a ponto de fazer com que isso acontecesse. E tanto Erundina como Lula vêm dizendo, há muito tempo, que os movimentos sociais precisam pressionar o governo na direção que eles dizem que querem ir, e, mesmo assim, as coisas são muito difíceis.

Então, queria dizer, deputada, que fico muito honrado de estar aqui no mesmo lugar que a senhora. Acho a iniciativa muito positiva, mas acho que, efetivamente, ela pouco nos trará de resolutividade para o dia a dia das pessoas que estão usando e necessitando do transporte coletivo, aliás, usando muito mal. Muito obrigado.

O deputado federal Nilmário Miranda - Marcos, depois de acionada a campanha, ainda há mais 1 minuto.

O coordenador - Com a palavra, o vereador Arnaldo Godoy, do Município de Belo Horizonte.

O vereador Arnaldo Godoy - Boa tarde, cumprimento a Mesa na pessoa da Erundina. Cumprimento também a Kátia, minha companheira no conselho das pessoas com deficiência. A questão da acessibilidade não é somente para nós - não é, Kátia? - mas para todas as pessoas, os idosos, as pessoas com dificuldade. Erundina, há uma lei do Lula, de 2010, que previa ônibus de piso baixo. Belo Horizonte teve alguns, mas hoje não há nenhum. É importante que voltemos a essa tecla.

Quero dizer que quando Getúlio Vargas, em 1953, dobrou o salário mínimo, a imprensa, os amigos do capital disseram que o País iria falir, e não faliu. Um salto na história foi quando construímos, na Constituição de 1988, o SUS. Também os abutres de ontem disseram que o País iria quebrar, que não daria conta de promover, de dar saúde ao povo brasileiro. Hoje o SUS é um modelo, inclusive para os *yankees*, os norte-americanos. Quando o Lula instituiu o Bolsa Família, a Globo e seus comparsas disseram que isso era esmola e que o Brasil iria quebrar, mas não quebrou. No programa Mais Médicos foi a mesma coisa. A corporação gritou, esperneou e o Brasil segue em frente, ampliando o direito do povo brasileiro à saúde.

Marquinho, quanto ao transporte, tenho convicção de que é um direito social, como a PEC da Erundina garante. Por isso, se houver vontade política e determinação do Congresso Nacional e da nossa presidenta, acharemos recursos suficientes para que o transporte público nacional seja, de fato, um direito público, de todos, e gratuito, como previu a nossa deputada Erundina, em São Paulo. Há dinheiro, basta procurar que em algum lugar desse mundo nós o encontraremos: na Cide, como disse o Nilmário; na transferência de renda das grandes fortunas; na diminuição do lucro dos grandes banqueiros e na taxaçaõ das grandes fortunas. Sempre há dinheiro. É preciso procurar. Como diz a música do Chico: “procurando bem”, a gente acha tudo. É só isso. Um abraço.

O coordenador - Vereador Arnaldo, obrigado. Concedo a palavra a Leila Soares Ferreira, coordenadora da União Metropolitana por Moradia Popular. Ela não compareceu. Concedo a palavra a Antônio Aleano Barbosa, coordenador da União dos Trabalhadores da Periferia de Belo Horizonte - UTP. Também não está presente. Com a palavra, o Tiago Flores, representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - Morhan.

O Sr. Tiago Flores - Boa tarde. Na pessoa do deputado federal Nilmário Miranda, cumprimento todos os presentes. Faço parte do Morhan, que é o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. É um movimento em nível nacional e tem 32 anos de existência. Como membro desse movimento, também o represento no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Comissão Interministerial de Avaliação da Hanseníase.



A discussão da mobilidade urbana vai muito além das questões do valor da passagem e da qualidade do transporte. Nós, que militamos na área da saúde, vemos a dificuldade que as pessoas portadoras de hanseníase, nosso caso, enfrentam para utilizar o transporte público de que necessitam. Geralmente essas pessoas atravessam a cidade para se tratar, porque, em função do preconceito, preferem se tratar em um posto de saúde distante de sua casa, para não serem identificadas como portadoras de hanseníase. Quero lembrar que estamos falando de uma doença milenar e que o Brasil ocupa o 1º lugar na prevalência da hanseníase - em números absolutos, o Brasil só perde para a Índia, mas, em prevalência, ele é o 1º do mundo, com 33 mil novos casos ao ano.

Voltando à mobilidade urbana, a melhoria do transporte público é a solução do trânsito das grandes metrópoles, que não têm outra saída. E isso tem reflexos também na saúde do trabalhador, que acorda às 4h30min, sai de casa às 5 horas, viaja por 2 horas, em um ônibus lotado, para pegar serviço às 7 horas; ao final do dia, a jornada de volta é a mesma. Certamente, isso vai adoecendo a pessoa. Se pesquisarmos os dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest -, veremos quantos trabalhadores estão doente em função do *stress*, porque, além de trabalhar, eles têm de enfrentar o trânsito. Se pesquisarmos os dados do INSS relativos a acidentes de trabalho, veremos que muitos afastamentos ou pagamentos de auxílio-doença a cargo do INSS também têm a ver com o *stress*. A pessoa fica estressada, porque viaja para chegar ao trabalho e viaja para voltar para casa. Outro aspecto é que, nas grandes metrópoles, grande parte da população de rua está nessa condição por falta de dinheiro para ir para o trabalho e voltar para casa todos os dias; então essas pessoas deixam para ir para casa aos finais de semana e, durante a semana, ficam ali, habitando a rua, para ficar mais perto do serviço e economizar aquele dinheiro, que pode ser usado em outras coisas. Então discutir a questão do transporte como direito social engloba áreas que vão muito além das questões da tarifa, da qualidade do transporte e do ônibus, em si.

Para encerrar, gostaria de fazer uma reflexão. Pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, na empresa que oferece transporte ao trabalhador, porque o local de trabalho não é servido de transporte público, o horário de deslocamento de casa até o serviço, e vice-versa, é contado como horas de trabalho. Então esse trabalhador, além de ter um transporte melhor, de qualidade, não paga por ele e ainda tem o tempo de deslocamento contado como hora de trabalho. Com os outros trabalhadores acontece totalmente o contrário. Estes, além de terem uma percentagem descontada do seu salário, não têm um transporte de qualidade e também não trabalham 44 horas semanais, porque, se somarmos às suas 44 horas semanais as 24 horas ou 28 horas que gastam com o deslocamento, pensando nas 4 horas que gastam por dia, no mínimo, para ir de casa para o trabalho, e vice-versa - considerando 2 horas para ir e 2 horas para voltar -, veremos que eles trabalham em torno de 70 horas por semana. Mas acham que trabalham 44 horas semanais! Então essa questão da mobilidade urbana vai muito além dessa discussão, e acho que o direito à tarifa zero é a primeira de grandes conquistas que ainda poderão vir. Obrigado.

O presidente (deputado Adelmo Carneiro Leão) - Obrigado, Tiago. Concedo a palavra ao Sr. Daniel dos Santos, secretário-geral da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais - Famemg -, que dispõe de até 5 minutos.

O Sr. Daniel dos Santos - Boa tarde a todos e a todas. Parabenizo o nosso companheiro Nilmário Miranda por esta iniciativa; e a companheira Luíza Erundina. Vi o brilho nos seus olhos quando o Nilmário assumiu novamente a nossa presidência. Precisávamos muito dele lá para as coisas seguirem.

Só farei uma pequena correção: sou secretário-geral da Famemg, sou diretor financeiro da UTC e sou da Conam. Pela Conam, sou do Conselho Nacional das Cidades e do Comitê de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

A Antônia de Pádua falou aqui, e eu só queria fazer uma ponderação e um agradecimento. A nossa presidente da República reconheceu o trabalho do Comitê de Mobilidade Urbana e do Conselho Nacional das Cidades e nos deu a tarefa de discutir esse pacto social. Abrimos um *site* para todo o Brasil, recebemos contribuições de várias instituições, e estamos ainda negociando. Nesse mesmo tempo veio a PEC nº 90, que contribuirá muito com essa discussão nacional. Assim que terminarmos esse documento, passaremos à presidente da República, que fará uma discussão com os governos e os municípios em relação à PEC.

Queria chamar a atenção para o fato de que, junto a isso, estamos discutindo também a Lei nº 12.587, que é uma luta de todos nós. Isso que o Nilmário fez aqui é importante para nós, porque o mais importante da lei é que os prefeitos reconheçam e deem condição para que a sociedade participe da discussão do plano de mobilidade urbana, que todos os municípios com mais de 20 mil pessoas terão que elaborar até 2015. Então acho que é muito importante essa força que ele nos deu. Nós, da Famemg, junto com os outros companheiros, com as outras entidades nacionais, temos feito uma discussão muito grande no Estado de Minas Gerais. Criamos um fórum sobre mobilidade urbana, e esse fórum desencadeou, na Assembleia Legislativa, a cujo presidente agradecemos, uma discussão bacana em relação à mobilidade urbana, tema que esta Casa colocou como prioridade em 2013. Já houve várias discussões em reuniões presididas pelo deputado Paulo Lamac e já foi realizado seminário, entre outras coisas.

Era isso que eu tinha a dizer. Estamos com uma dificuldade muito grande para fazer essa discussão. Acredito que tiraremos isso das mãos daqueles que dizem ser nossos companheiros, mas que estão aí só para ganhar dinheiro, que são os empresários, para que consigamos fazer um transporte público coletivo e não precisemos pagar passagens. Que também não estejamos devolvendo isso aos empresários para que eles embolsem os valores e não nos ofereçam transporte, não tenham nenhum respeito por nós, principalmente no tocante ao modal a pé.

Estou falando só em relação a Belo Horizonte. Se verificarmos o tamanho dos passeios, veremos que em alguns não há condição de passarmos. Hoje, com as obras em Belo Horizonte, fica um ônibus atrás do outro, enquanto nas Avenidas Antônio Carlos, Cristiano Machado e em outros locais há um corredor enorme, e uma pessoa só namorando dentro do carro, ou passeando, ou coisa dessa natureza. E os ônibus com quase 60, 70 pessoas, andando um atrás do outro, como o companheiro disse aqui, e assim levamos quase duas, três horas para chegarmos a nossas casas.

Temos o nosso fórum estadual e gostaríamos, Nilmário, de dar sequência a ele. Esse fórum voltará a se reunir com todas as entidades que estão aqui e com outros companheiros. Estamos aguardando o que foi decidido na Conferência das Cidades em termos de mobilidade urbana e o que saiu dos trabalhos feitos aqui nos seminários da região metropolitana e no seminário metropolitano do Vale do Aço para darmos sequência aos trabalhos. Faremos isso porque, se só ouvirmos a audiência e não nos reunirmos de três em três meses para saber se as coisas estão acontecendo, acabamos não saindo do lugar.



Não sei se contribuí, mas gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os companheiros, não só ao Nilmário. O interesse é de todos nós, porque o sofrimento não é nosso, é de todos. Obrigado.

O coordenador - Obrigado, Daniel, pela sua contribuição. Concedo a palavra a Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que disporá de 5 minutos.

O deputado federal Nilmário Miranda - Antes de Kátia iniciar sua fala, gostaria de anunciar a presença - se conseguirmos incluir mais gente - da companheira Cláudia Pires, secretária de Habitação de Nova Lima, a quem passaremos a palavra em outro momento; e estão presentes nesta audiência, pelo Partido dos Pensionistas Aposentados e Idosos do Brasil, e pediram que registrássemos a presença deles: Antônio Silva Júnior e Paulo Bossi.

A Sra. Kátia Ferraz Ferreira - Boa tarde. Gostaria de agradecer especialmente ao deputado Paulo Lamac, que entrou em contato conosco e que está com a responsabilidade de atuar em favor do segmento das pessoas com deficiência. Agradeço o convite. Como presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a gente tem a responsabilidade de vir aqui compartilhar essa informação, ainda mais com a importante presença do governo federal na pessoa dos deputados federais. Obrigada por estarem aqui conosco neste momento de importante discussão. Em vários outros momentos estivemos discutindo sobre mobilidade urbana. Realizamos um fórum técnico aqui e outros eventos, que percorreram o Estado de Minas Gerais, sempre aqui tentando acompanhar com os companheiros de Belo Horizonte Marcos Fontoura e Arnaldo Godoy, que sempre estão conosco para falarmos sobre o tema.

O segmento de pessoas com deficiência, em muitas instâncias, é um incômodo para discussão, porque ainda se imagina um momento de assistencialismo desse segmento. Entretanto, essas pessoas hoje estão colaborando para o desenvolvimento das cidades. Temos diversas situações que geram e trazem a deficiência: a violência urbana, os acidentes com armas de fogo e a violência contra mulheres. Temos inúmeras situações que geram a deficiência. Então, não há como o segmento de pessoas com deficiência ficar fora da discussão em termos de mobilidade, em termos de desenvolvimento das cidades.

Nesse sentido, todo o segmento aqui vem, falando com responsabilidade e em nome de todos. Estamos prontos para ser colaboradores no desenvolvimento de um país, de uma cidade mais justa para todos, com acesso a todos os serviços, com direitos e deveres de colaborar para que isso aconteça. A gente quer uma cidade acessível para nós, a gente quer que os gestores vejam esse segmento não como um segmento à parte, mas como um segmento que contribui.

Estamos aqui, a propósito de todos esses modais, sempre firmes e enfáticos. Queremos produtos e processos em nosso favor para que a gente possa oferecer essa contribuição. Não há como falar do segmento fora disso. Quero agradecer-lhes. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência está à disposição desta Assembleia Legislativa e dos deputados presentes, para colaborar a fim de que essa política seja executada. Agradeço a presença de todos. Estamos à disposição. Muito obrigada.

O coordenador - Obrigado, Kátia, pela contribuição a esta audiência pública. Concedo a palavra a Romeu José Machado Neto, do Sindimetro.

O Sr. Romeu José Machado Neto - Boa tarde aos senhores e às senhoras presentes e aos membros da Mesa. Sou diretor do Sindicato dos Metroviários de Minas Gerais. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos deputados federais Nilmário Miranda e Marçal Filho e à deputada federal Luiza Erundina a iniciativa que está sendo tomada aqui hoje de discutir a questão do transporte como um direito social.

Nós, do Sindicato dos Metroviários, sempre, desde sua fundação, lutamos e nos mobilizamos para que o transporte fosse acessível, e não excludente. Ou seja, lutamos para que todos usufruam de um serviço que, no nosso entendimento - e acreditamos que no da maioria dos presentes -, é uma obrigação e uma responsabilidade do governo. Como representante dos trabalhadores da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, do metrô de Belo Horizonte, quero destacar a importância dessa PEC para o setor de transporte de passageiros especificamente.

Gostaria também de chamar a atenção de todos para o seguinte fato: por que estamos hoje discutindo a PEC nº 90? Ela estava parada desde 2011 na Câmara dos Deputados e só voltou ao cenário nacional após as manifestações ocorridas em junho, que tiveram como alvo principal o pedido de redução de tarifa. Esse foi o foco das manifestações. Aliás, foi o foco do início delas: redução das tarifas, luta por um transporte de qualidade, com uma tarifa acessível ou, como alguns movimentos defendem, tarifa zero.

É muito importante também não nos esquecermos de que os que são contra a tarifa social, a tarifa zero, são os mesmos que defendem que o transporte público deve ficar na mão dos empresários para que explorem e aumentem o preço das passagens. Conforme entendimento do nosso sindicato, isso é uma coisa que contraria o próprio serviço oferecido.

Se todos nós precisamos nos deslocar para o trabalho, a escola ou o local de lazer, se é responsabilidade do Estado oferecer esse serviço, por que entregá-lo à iniciativa privada? Por que fazer com que o transporte, a tarifa gere lucro para os empresários? Há outros meios de o governo chamar os empresários para participar da construção do transporte. Por exemplo: o atual metrô de Belo Horizonte foi construído por meio de licitações para suas obras, compra de máquinas, de trens e de equipamentos. As empresas que ganharam a licitação construíram-no, e hoje ele funciona sem investimento, mas está funcionando. Não é necessário que a iniciativa privada administre ou gerencie o transporte. Ela pode, sim, participar da sua construção. E pronto! Daí para a frente, é responsabilidade do governo assumir. Não compete mais à iniciativa privada interferir e gerenciar preços de tarifa. É responsabilidade do governo oferecer uma tarifa social.

Como o tempo é muito curto, para concluir quero dizer que nós, do Sindicato dos Metroviários, chamamos todos os movimentos a se unirem a nós na luta que acreditamos ser de todo cidadão: fazer com que o sonho de uma tarifa social seja realizado. Se dependermos das políticas públicas, seremos passados para trás e, conseqüentemente, a iniciativa privada continuará dominando o setor de transporte. É o que querem fazer com o metrô. Diga-se de passagem, hoje a tarifa do metrô custa R\$1,80 e há seis anos não tem reajuste. Isso só é possível porque está nas mãos do governo federal. Se isso for passado para a iniciativa privada, acontecerá o que ocorreu no Rio de Janeiro: estadualizaram e privatizaram o metrô, e hoje as pessoas pagam, pelo mesmo metrô, R\$3,50. É isso aí. Obrigado.





O coordenador - Obrigado, Romeu, do sindicato dos metroviários. Com a palavra, o Sr. Camilo Leles de Assis Moreira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte e Região.

O Sr. Camilo Leles de Assis Moreira - Cumprimento o deputado federal Nilmário Miranda, em nome de todos os presentes, por haver tomado essa iniciativa do transporte como direito social. Hoje, sou representante dos trabalhadores em transporte rodoviário em Belo Horizonte. Nosso companheiro acabou de falar da falta de investimento no metrô, e a maioria da população é dependente do transporte público rodoviário. Estamos juntos com a população no dia a dia, somos favoráveis a um transporte justo para todos. Gostaria de pedir às autoridades presentes para olhar não somente para os usuários mas também para os trabalhadores do transporte coletivo, que fazem parte dessa luta. Atrás desses ônibus sucateados, tem o motorista, que também está correndo risco de vida, e vemos a ganância por parte dos empresários, que não querem dar manutenção.

Não estou aqui para falar diretamente da situação, mas é bom esclarecer às autoridades que cerca de 30% da nossa categoria rodoviária está afastada, seja por estresse, seja por problemas lombares, enfim, por falta de condições de trabalho. Existem locais em que não há sequer um lugar para o trabalhador rodoviário fazer as suas necessidades. Essa é uma exigência que estamos fazendo, brigando no dia a dia para melhoria das condições desses trabalhadores do transporte rodoviário.

Outra coisa que quero ressaltar é que acontecem com esses trabalhadores uma média de 150 assaltos por mês, considerando apenas o que é registrado em ocorrência policial. E peço a ajuda das autoridades porque menores de idade, usufruindo da lei que os protege, batem na cara de motorista e de cobrador. Isso é um absurdo, pois o trabalhador sai às 4 horas, 3 horas, não tem horário certo, tem que seguir a escala, sofrem pressão dos empresários, sofrem advertência e tudo o mais. Diante dessa situação, além de os menores não quererem pagar passagem, ainda usufruem do benefício da lei que os protege, obrigando o motorista a respeitá-lo, ameaçando-o de morte e de dar-lhe um tiro. Isso tudo foi-nos relatado, e peço ajuda das autoridades. Na sexta-feira passada, fomos obrigados a ir para a porta da empresa que faz a linha Pindorama-Boa Vista. Os usuários sentiram a necessidade do ônibus no seu bairro. Nós paralisamos essa linha por causa desses assaltos.

Então, peço a compreensão de todos, das autoridades presentes, da população e dos usuários para que nos ajudem, porque o trabalhador rodoviário vivencia no dia a dia as mesmas dificuldades do usuário, os mesmos constrangimentos com assaltos. Ele está junto, porque sai todos os dias no mesmo horário. E quero deixar claro que transporte público é para atender a população, e não para gerar lucro para patrão. Muito obrigado, e que todos saiam daqui vitoriosos.

O coordenador - Muito obrigado pela participação. Concedo a palavra à ex-prefeita de Contagem e futura componente desta Casa, Sra. Marília Campos.

A Sra. Marília Campos - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, o deputado federal Marçal Filho, a deputada federal e companheira Luiza Erundina, o deputado federal Nilmário Miranda e o deputado estadual Adelmo. Parabenizo também o deputado Paulo Lamac, por ser o coordenador desta audiência pública.

Estamos numa discussão muito importante hoje em Belo Horizonte. Acredito que ela é uma discussão muito importante para toda Minas Gerais, para todo o Brasil e, em particular, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estamos discutindo a emenda proposta pela Erundina, que coloca a questão do transporte público como direito social. Queria indagar dos deputados federais se não é o caso também - não sei se isso está contemplado - de discutirmos competências, de discutirmos responsabilidades, de discutirmos financiamento.

Por que digo isso? Porque todas as vezes em que estamos diante de problemas tão sérios, como o de garantir o direito ao cidadão de ir e vir, de garantir o direito ao cidadão de ter acesso aos equipamentos de lazer, de saúde, de educação, de emprego, de oportunidades, vamos esbarrar no problema de quem é a responsabilidade de garantir esse direito de ir e vir. Citarei algumas questões concretas. Sou de Contagem, uma cidade de 600 mil habitantes. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o gerenciamento do transporte coletivo é feito pelo município, por intermédio da autarquia Transcon, assim como pelo Estado de Minas Gerais, por meio do gerenciamento da Secretaria de Estado de Transportes. Mais de 60% do transporte coletivo de Contagem, que é municipal e metropolitano, são de responsabilidade do Estado. Portanto encontrar uma solução de financiamento, de garantia de qualidade e de universalização do serviço é uma responsabilidade do município e do Estado.

Com qual problema sempre nos deparamos? Quando estamos diante de um problema como esse, vira um jogo de empurra. Pensemos na questão do metrô de Belo Horizonte. Vou ficar avó e não verei esse metrô funcionando. O problema é de quem? Quem não fez o projeto? Quem fez o projeto? Quem não executou a obra? Quem executou a obra? A responsabilidade do financiamento é do governo federal, é do governo estadual ou é do município? O certo é que, no caso do metrô, temos uma empresa estatal, que é a Metrominas, da qual faz parte o Estado, Belo Horizonte e Contagem. Ela é responsável pela gestão do metrô. Só que a Metrominas não existe. No entanto cabe a ela a responsabilidade de licitação dos projetos de ampliação do metrô. Não sei, deputada Erundina e deputado Nilmário Miranda, se não temos de avançar nessa discussão de competências. Do contrário, sempre que estivermos diante desse problema, não haverá responsável para resolver a questão.

Concordo com você, que disse que não há eficiência prática, mas acredito que essa emenda cria condições para começarmos a resolver o problema. Se pudermos avançar na discussão de competências e financiamentos, teremos de quem cobrar, porque hoje não temos. Obrigada.

O coordenador - Obrigado, Marília Campos. Concedo a palavra à Dra. Luzia de Paiva Reis, da Defensoria Pública Estadual. Passemos adiante? Com a palavra, o Sr. Gilson Reis.

O vereador Gilson Reis - Boa tarde, deputada Erundina e deputado Nilmário Miranda. Gostaria de cumprimentar todos os companheiros e companheiras presentes. Penso que este debate é extremamente importante para todos nós que moramos na cidade, participamos dos movimentos sociais e estamos na luta pelo transporte público de qualidade nas nossas cidades, na região metropolitana e em todo o País.

A jornada de junho e julho começou justamente com essa luta, ou seja, o movimento começou em Salvador, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, esparramou-se pelo Brasil, criando as condições para a luta do povo, naquele período de junho e de



julho. Penso, companheiros, que aqui, em Belo Horizonte, devemos ter uma definição clara do que queremos construir, a partir do movimento de Belo Horizonte, daqueles que lutam pelo transporte público de qualidade.

Temos feito um debate, na câmara de vereadores de Belo Horizonte, no sentido de construir um movimento de luta para ser debatido, dentro do PPAG, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, um programa que crie condições de mobilização e de luta para a construção do movimento popular do transporte público.

Penso que nós, de Belo Horizonte, precisamos discutir as opções criadas pela Prefeitura Municipal, nos últimos anos, fundamentalmente no atual governo do Sr. Márcio Lacerda. Primeira questão: no PPAG de 2014-2017, está previsto para o Corta Caminho, um programa do governo municipal, em torno de R\$1.200.000.000,00 para o transporte individual, transporte de carros, e de veículos individualizados. O transporte público de massa nos dá uma previsão orçamentária definida daquilo que o prefeito municipal de Belo Horizonte deverá investir nos próximos anos.

Não temos, por parte da prefeitura, um programa que viabilize um projeto de transporte coletivo. Só para termos uma ideia - isso já foi dito -, o BRT é uma proposta que não consegue mais resolver o transporte de massa; é algo já superado pelo processo histórico. Nos últimos dias, estamos vendo uma proposta de construção do BRT para Betim, para Neves e para a região metropolitana, em detrimento de uma discussão de transporte de monotrilho, de trilho e de metrô que possa resolver o problema do transporte de massa de Belo Horizonte.

Penso, companheiros e companheiras, que a discussão em torno desse projeto apresentado aqui, hoje, é decisivo para a discussão das grandes metrópoles e das grandes cidades. O Movimento Passe Livre está construindo essas alternativas em todo o País, juntamente com parlamentares e movimentos sindical e social. Eles precisam, de forma decisiva e definitiva, incorporar esse debate em torno do transporte público de massa nas grandes cidades. As manifestações de junho e de julho, como eu disse inicialmente, trouxeram isso como elemento central. Parece-me que grande parte dos prefeitos e governadores ainda não escutaram, de forma definitiva, aquilo que as massas estão dizendo em relação ao transporte público.

Em Belo Horizonte, uma pesquisa realizada recentemente aponta que um trabalhador dessa cidade demora em torno de 1 hora e meia para se deslocar de seu serviço para casa. Ou seja, estamos vivendo um caos no transporte público nas grandes cidades. É preciso que a sociedade - e falo no caso de Belo Horizonte - tenha consciência de que o projeto estabelecido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pelo Poder Executivo da cidade, para os próximos quatro anos, não diz respeito ao transporte de massa e sim ao transporte individual daquelas pessoas que têm abarrotado a cidade de veículos, em uma perspectiva em que não há construção coletiva. Portanto, penso que precisamos nos mobilizar. Há uma CPI em Belo Horizonte que precisa ser instaurada. Existe uma caixa-preta do sistema. As famílias que operam o sistema público de Belo Horizonte estão há 60 anos e continuarão por mais 25 anos, porque o contrato com essas empresas foi prorrogado. Não há vínculo com a qualidade do serviço prestado. O faturamento anual é de R\$1.200.000.000,00. Penso isso em uma perspectiva de lucro, porque sequer há competitividade das empresas, pois é cativa a exploração e a concessão do transporte público. O retorno do lucro é extraordinário.

Esse é um problema não só de natureza social, urbana e popular, mas também de natureza econômica. Precisamos, a partir desta discussão e dos debates que estamos travando em Belo Horizonte e na região metropolitana, criar condições para mobilizar a sociedade nessa perspectiva. A Assembleia Popular Horizontal e outros setores têm vinculado essa luta a uma perspectiva de mudança do modelo de transporte público e à construção de alternativas populares para o transporte público nas grandes cidades. Muito obrigado.

O coordenador - Nossos agradecimentos ao Gilson. Convido a fazer uso da palavra, por 5 minutos, a vereadora Livia, de São João del-Rei.

A vereadora Livia Guimarães - Companheiro Nilmário, na sua pessoa cumprimento os demais componentes da Mesa. Para quem não me conhece, meu nome é Livia Guimarães, sou vereadora do PT em São João del-Rei. É um prazer muito grande estar participando deste debate, já que essa discussão também abrange a minha cidade. A luta pelo transporte, da qual também participo, vem desde 2002. Eu tinha 15 anos à época, e lutávamos pelo passe livre na cidade. Durante dois anos, junto com o companheiro Cristiano Silveira, então vereador na cidade, conseguimos implantar o passe livre para os estudantes. Uma cidade que, naquela época, tinha 80 mil habitantes - hoje está em torno de 90 mil habitantes - conseguiu implantar um projeto pioneiro por dois anos. Depois esse projeto foi derrotado por questões judiciais, pois o poderio econômico das empresas conseguiu achar, por meio de vários advogados, uma brecha para derrubar nossa conquista.

No entanto, essa conquista marcou nossa região, e São João del-Rei conseguiu sair na frente nesse quesito. Hoje ela é uma das cidades que têm o meio-passe. Não é o ideal, mas já é um caminho para nós que lutamos pelo transporte. O meio-passe é o primeiro passo. Ainda não desistimos do passe livre em São João del-Rei e queremos ampliá-lo. Quando ouvi o companheiro falar sobre a questão da saúde no transporte, lembrei que a Universidade Federal de São João del-Rei nos procurou, durante meu mandato, para que ampliássemos o passe livre na cidade aos doentes mentais, porque, o transporte influencia no tratamento de pessoas com doenças mentais. Então, não podemos diminuir o debate sobre transporte. Precisamos dar a esse tema a visibilidade que merece e precisa.

Quero chamar a atenção de todos para discutirmos o transporte e a mobilidade urbana nas cidades de médio e pequeno portes. Às vezes, ao discutirmos o metrô, vemos que ele é inviável para uma cidade de quase 90 mil habitantes. Então, temos de discutir também ciclovias, transporte de qualidade e com preço justo. As empresas fecham as tabelas, e não sabemos exatamente quanto custa uma passagem em São João del-Rei. Sabemos o que pagamos, mas não sabemos o lucro das empresas. Cidades como São João del-Rei precisam discutir transporte, e estão fazendo isso. Lá, uma comissão especial sobre transporte foi criada. Estamos discutindo um novo edital, pois o edital de licitação que havia sido feito no governo passado foi cancelado pela justiça por irregularidades.

Então, junto com as manifestações de junho, também surgiu a oportunidade de São João del-Rei ter um novo começo na área de transporte. E é para isso que, junto com vocês, quero discutir as melhorias não só em nossa cidade, mas também em todo o Estado e em todo o Brasil. A melhoria nessa área é muito importante para todos nós.

O coordenador - Obrigado, vereadora Livia. Com a palavra, Cláudio Vanderley Souza, representante do Transcon.



O Sr. Cláudio Vanderley Souza - Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do deputado Nilmário Miranda. Gostaria de dizer que represento um órgão público de gerenciamento de transporte da cidade de Contagem. A prefeita Marília Campos já começou a descrever Contagem como uma cidade que tem problemas sérios de mobilidade urbana. A cidade cresceu desordenadamente e possui importantes rodovias com dificuldade de transposição, as quais cortam a cidade e criam as cidades segregadas. Na verdade, a força do parque industrial, da Ceasa, das distribuidoras e atacadistas é muito grande. A população sofre com essa estrutura urbana. Estamos à frente da autarquia municipal de transportes gerenciando um sistema que, de certa forma, é antigo, cujas linhas de transporte ainda se caracterizam como linhas diametrais que ligam a cidade, passando por áreas centrais e periféricas ligando-as. Temos grande dificuldade de gerenciar esse sistema.

No governo passado, da prefeita Marília Campos, foi desenvolvido um projeto de reestruturação desse sistema chamado Contagem Integrada. Foi classificado para o PAC 2 do governo federal - Mobilidade Médias Cidades. Fomos contemplados com um recurso importante da ordem de R\$206.000.000,00. O governo que assumiu, o governo do prefeito Carlin Moura, encampou a proposta e a colocou como prioridade para Contagem. Criou, inclusive, um instituto de planejamento urbano para desenvolver esse projeto. Apostamos nele como uma forma de mudar totalmente a característica de Contagem no que tange à mobilidade urbana e transporte público. E também está contemplado o BRT nesse sistema, que reestrutura todo o sistema e criação de terminais, etc.

Acompanhando o que a prefeita falou em relação à questão das competências, sabemos que Contagem sofre com a concorrência, entre aspas, entre dois sistemas: o municipal e o metropolitano. Ficamos imaginando, não é, prefeita, quando esse projeto for levado adiante e for implantado, qual será o nível de discussão entre esses dois sistemas? Não é fácil. De qualquer forma, contamos com eles para modificar a cara de Contagem.

Gostaria de dizer também que somos reféns de um sistema tarifário, no qual o usuário paga pela tarifa. Isso para nós é uma frustração muito grande como técnicos, porque no final somos os guardiões da tarifa. Enquanto a população necessita de melhor transporte, infelizmente temos de vigiar a oferta para que essa tarifa não suba demasiadamente. As manifestações do meio do ano foram importantes no sentido de chamar a atenção para a tarifa. Houve, por parte do município, uma certa desoneração com a questão do PIS, Cofins e ISS, mas R\$0,10 não representam quase nada de importante na redução da tarifa. A nossa participação aqui, como órgão público, é justamente apoiar a iniciativa da PEC nº 90 e outras iniciativas em relação à desoneração da tarifa e sua redução, porque sabemos e sentimos na pele, como órgão gestor, a dificuldade que temos em ofertar um transporte de qualidade. Agradeço a participação. Muito obrigado.

O presidente (deputado Paulo Lamac) - Concedo a palavra ao Rodinei Ferreira Dias, vereador de Contagem.

O vereador Rodinei Ferreira Dias - Gostaria de saudar o deputado Marçal Filho, presidente; a deputada federal Luíza Erundina; os deputados federais Nilmário Miranda e Padre João; e os deputados estaduais Adelmo Carneiro Leão, nosso companheiro, e Rogério Correia, grande companheiro. Quero cumprimentar a ex-prefeita Marília Campos, de Contagem, grande companheira, e a ex-vereadora Letícia da Pena, em cuja pessoa cumprimento a todas e a todos.

Fui contemplado pela fala das companheiras e dos companheiros que estiveram nesta tribuna, mas gostaria de deixar aqui também a luta de Contagem, que, a cada dia que passa, se estende às outras cidades. Acompanhamos em Belo Horizonte, por ser muito próxima essa luta. Não bastassem os ônibus cheios, as passagens caras, nós nos deparamos agora com o transporte público sem cobrador. Os empresários, a meu ver de forma ilegal, começaram a colocar em Contagem, em Belo Horizonte e em outras cidades, o chamado Micrinho, por ser menor que os ônibus convencionais. Colocaram o motorista sem o cobrador. Daí partiram para o chamado Micrão. Aumentaram um pouco o tamanho do ônibus e, ainda sem cobrador, continuaram esse serviço escravo. Agora, como infelizmente a Justiça ainda permite que isso aconteça, estamos vendo os ônibus convencionais com o motorista trabalhando sem o cobrador.

Companheiras e companheiros, fico satisfeito de ver a Câmara dos Deputados vindo ao encontro da nossa luta, da luta dos movimentos sociais. Às vezes achamos que estamos sozinhos nessa luta em nossa cidade. Acompanho, deputada Luíza Erundina, a luta de V. Exa. pela internet e pela TV. Esses dias, fazendo uma análise na Câmara dos Deputados, percebi, na página de V. Exa., que, de 1989 a 2002, quando foi prefeita de São Paulo, como disse nosso companheiro que já fez uso da tribuna, V. Exa. teve a coragem de falar até a respeito da tarifa zero. Vemos as companheiras e os companheiros fazendo essa luta em Belo Horizonte. Queremos encampar essa luta, que é o fim da dupla função, mas gostaria que a Câmara dos Deputados a levasse a Brasília. Lançamos a campanha em Contagem, dizendo: "Motorista não é cobrador". Chega desse abuso que os empresários têm feito em Contagem, em Belo Horizonte e nas grandes cidades, porque esse lucro, companheiras e companheiros, não vemos. Dizem que aumentaram os ônibus, que as pessoas deixaram de andar em pé. Muito pelo contrário, e as manifestações de junho e julho nos alertaram.

Moro na região mais carente de Contagem. Graças a Deus, melhorou muito a nossa condição na administração da prefeita Marília. Quase 30 mil pessoas saem de lá para trabalhar, porque é uma região dormitório. Percebemos que elas ainda saem daquela região penduradas na porta e têm de pagar passagem.

Deixo o apelo da Câmara Municipal de Contagem e desse humilde e simples vereador que tem lutado. Às vezes, sinto-me sozinho, mas agora me reencontro com V. Exa, presidente desta comissão, e com todos os deputados e deputadas, a fim de melhorar a vida das pessoas, principalmente daqueles que mais precisam. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, vereador Rodnei, de Contagem.

O deputado federal Nilmário Miranda - Gostaria de registrar a presença do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco.

O coordenador - Com a palavra, a vereadora Terezinha Berenice de Souza, de Sabará.

A vereadora Terezinha Berenice de Souza van Stralen - Boa tarde a todas e a todos presentes. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer e de parabenizar o deputado federal, companheiro Nilmário Miranda, por essa iniciativa; a companheira Luíza Erundina, pelo seu trabalho, pela sua dedicação - pessoa pela qual temos muito respeito, principalmente pela sua luta; os deputados presentes; o deputado Paulo Lamac, à frente das lutas relativas aos problemas metropolitanos; o deputado Marçal Filho; o deputado Padre João; o deputado Adelmo Leão e o deputado Rogério Correia.



Como sabarense, não poderia deixar de falar de trem. Recordando-o, lembro que percorria o subúrbio e as nossas cidades. Não podemos, realmente, deixar de enfatizar a importância e a necessidade do fortalecimento do transporte público, especialmente do fortalecimento dessa luta, da volta das linhas que faziam antigamente esses roteiros e, inclusive, a luta por sua expansão na região metropolitana. Isso já foi falado. Estamos vendo, por meio da agência metropolitana, alguns estudos serem iniciados. Acreditamos que a aprovação da PEC nº 90, considerando o transporte direito social, realmente é um avanço. Não que isso garanta sua efetividade, mas as lutas estão avançando passo a passo, e, num determinado momento, podemos dar um salto qualitativo.

Ouvi a companheira Livia falando de todas as lutas da população de que participou. A minha trajetória, também, como moradora, pertencente de uma comunidade, sempre foi ligada à luta pelo transporte, avançando espaço a espaço, avançando de acordo com o próprio movimento da urbanização. Cada segmento da população que passa a residir em um local, passa a pedir extensão das linhas, ou seja, estamos nessa luta cotidiana e precisamos realmente dar um salto qualitativo.

Acredito que a transformação e a aprovação dessa PEC representa para nós um salto qualitativo, assim como representou a saúde, quando incluída como direito social, direito de todos e dever do Estado. Isso abre também caminho para propostas que hoje parecem utópicas, mas que, na realidade, não são, como a tarifa zero, a gratuidade do transporte. Espero que elas possam ser colocadas de uma forma ampla e efetiva.

O que os outros expuseram, realmente, atingiu-me, especialmente a fala da nossa ex-prefeita Marília Campos. Os problemas que vivemos em Sabará são os mesmos, como os do duplo e triplo gerenciamentos, pois temos uma região conurbada com Belo Horizonte em que entra também a BHTrans.

Realmente, não há solução. Estamos discutindo o tempo todo, fazendo abaixo-assinado, a população faz, dirige-se ao DER, mas sem solução; dirige-se ao município, por exemplo, com relação à integração de tarifas, mas não se resolve o problema. Há morador de Sabará que paga quatro tarifas para chegar a Belo Horizonte: sai do Bairro Pompéu; para; vai para o Centro, até chegar ao seu destino. Muitas vezes, tem de pagar quatro tarifas.

Nesta semana, discutindo com o secretário de transporte de Sabará na Câmara Municipal, ele falava da impossibilidade de integração. Há a linha do circuito do município, com um gerenciamento, e a linha que é gerenciada pelo DER; portanto não havia possibilidade de solução. Então, o jeito seria a gratuidade, já que não podemos integrar tarifas nem reduzi-las. Para mim, essas coisas devem ser resolvidas e levadas mais a sério, pois a população está cansada e precisamos de uma solução maior para os nossos problemas.

Gostaria de lembrar que estamos aqui envolvidos numa questão metropolitana. Assim, uma discussão metropolitana sobre metrô e BRTs é fundamental. Voltamos, então, a enfatizar a importância da frente pela cidadania metropolitana, criada durante a elaboração do plano diretor da região metropolitana e que precisa avançar. Muito obrigada.

O coordenador - Com a palavra, a vereadora Adriana Lara, de Vespasiano.

A vereadora Adriana Lara - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa e os presentes, na pessoa da deputada federal Luiza Erundina. Pela raridade das mulheres na política, cumprimento, repito, todos na sua pessoa.

Sinto-me atingida com todas as exposições, mas gostaria de levantar algumas questões e vou começar de trás para frente. A educação e a saúde foram garantidas com muito custo, e hoje é um direito termos os conselhos para acompanhar e discutir o controle social. Conhecemos as dificuldades de cumprir minimamente o fluxograma da implementação. Não é preciso reinventar a roda, pois o orçamento está ali. A assistência social precisa ter critérios. Não é para todo o mundo. Depois tivemos a proposta da moradia, e os municípios, para a implementá-la, fizeram parcerias com as empresas. De zero a três salários mínimos, quase nenhum município e muito menos as empreiteiras se preocuparam em implementar esse direito fundamental. Então, não vamos conseguir a implementação.

Temos agora a proposta da gratuidade do transporte, fundamental ser garantida, mas estamos num gargalo muito grande. Estou falando não como vereadora de Vespasiano, mas como cidadã metropolitana. Basta ver o que acontece dentro de Belo Horizonte, em que todos os municípios sofrem com as ingerências do Estado no que diz respeito ao transporte. Não há integração de tarifas, de pontos de ônibus, muito menos de terminal. Escutei, numa mesa, com promotores e outros pares, dos representantes do DER e da Setop que, em Belo Horizonte, Betim e Contagem era mais difícil, mas nos outros municípios fazem o que querem. Diziam isso quando discutiam o terminal metropolitano. Eu estava com a Terezinha escutando essa barbaridade.

Então, estamos diante de um desafio. Um companheiro que passou aqui agora disse que, na hora da aplicação do recurso público na efetivação de política pública, o mercado quer o filé, ou seja, as PPPs.

Sabemos que, na maioria das vezes, na implementação das políticas públicas, estas são todas negociadas com o capital privado, quem vai ganhar é ele. Em Minas o contrato de transporte é de 30 anos, e é o pior transporte que temos. Os ônibus são sucatas, estão quebrados. Vocês verão nos principais corredores os ônibus quebrados, parando. Isso não é invenção.

Podem falar que é de graça, mas alguém está pagando. Não é de graça, é um direito social. Temos de deixar claro que isso é um direito social, que alguém está pagando. Hoje aquelas propagandas nas traseiras dos ônibus pagariam muita coisa. Pagamos uma passagem muito cara, e eles ganham dobrado pelo preço cobrado. Temos de defender a tarifa, o acesso ao transporte público para todos, independentemente de ser pobre, rico, doente ou trabalhador. Isso não importa. O transporte público é para todo o mundo. Se formos fragmentar isso - hoje o direito é de zero a três ou até quatro salários mínimos, ou isso ou aquilo -, não se resolverá nada. Alguém irá ganhar a nossas custas. Selecionar ou fragmentar não resolverá o problema.

Gostei muito do que ele disse, mas sinto muito dizer que estamos andando para trás. Estou até na dúvida: qual a diferença entre o social e o público? Estamos com problemas em definir isso porque hoje quem está comandando é o privado. O Estado não consegue - quando falo Estado não estou falando do governo de Minas Gerais, estou falando do poder público - efetivar de fato as políticas públicas. Muito menos nós, cidadãos, conseguimos garantir o controle social. Existe um esquema desenhado em que não conseguimos colocar a mão. Qual é o problema?



Precisamos avançar mais. Qual é o prazo para implementação? Qual direção vamos dar? Se entra na Constituição ano que vem, será daqui a quanto tempo? Vamos sofrer quanto tempo ainda? Parece brincadeira, mas não estamos aqui para brincar. O povo aqui não quer brincar, muito menos o povo que está lá fora. A cidade não anda mais. Chega de inventar a roda. Não andamos mais em Belo Horizonte, de tanto quebra-quebra. Agora vão quebrar os outros municípios? Vamos garantir a mobilidade para que todos possam andar nas cidades e na região metropolitana. Agradeço a todos a oportunidade. Obrigada.

O coordenador - Vereadora Adriana, obrigado. Concedo a palavra ao nobre colega deputado federal Padre João, que enobrece a Câmara dos Deputados.

O deputado federal Padre João - Boa tarde a todos e a todas. Saudação especial ao deputado Marçal Filho, que é presidente da comissão, e à Erundina, autora. Seja bem-vinda à nossa querida Minas Gerais. Parabéns ao grande companheiro Nilmário Miranda, que tem esse grande desafio, pois uma relatoria não é fácil. É importante fazer esse diálogo com os movimentos sociais, com todas essas organizações, com os estados e com os governos. Essa não é uma tarefa tão fácil, vocês sabem.

Quero dizer que amanhã, às 14 horas, estaremos aqui com o nosso companheiro Anselmo, que é deputado em Rondônia. Vamos discutir a relação dos agricultores, dos "pronafricanos" com as instituições financeiras. Esse é um desafio enorme. No dia 8, também às 14 horas, estaremos na mesma comissão do deputado Paulo Lamac, a quem cumprimento e agradeço por estar sempre de prontidão e acolher esse debates. Deputado Nilmário, dia 8 vamos estar aqui com o deputado federal Pedro Uczai, nosso companheiro de Santa Catarina. Ele é coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias. Alguém já falou da importância do trem, inclusive do trem urbano. Já temos em Belo Horizonte estruturas de trem.

A interligação com os outros municípios da região metropolitana é muito importante, e para isso já temos um projeto em fase avançada, embora se reivindique um projeto ainda mais ousado, fazendo a ligação também com o Alto Paraopeba.

Creio que avançamos bastante, em termos de direitos sociais, nesses 10 anos, no acesso ao alimento e à saúde, e em vários outros pontos. Entre eles, é importante destacar o direito dado aos pobres e aos miseráveis de acesso a bens, como motos e carros, processo que se iniciou com o presidente Lula e segue com a presidenta Dilma. Mas, enquanto se deu aos pobres condição de usufruir de determinados bens, as cidades não se adequaram e não se estruturaram. Assim, houve um crescimento bem desengonçado. Acho que esse é o nosso grande desafio; ou seja, alguns avanços causaram-nos transtornos, problemas, mas penso que, de certa forma, esse é um bom problema, embora penalize muita gente.

Então, deputados Marçal e Nilmário e deputada Erundina, que têm a tarefa de construir um consenso sobre essa PEC, que precisa obter 308 votos favoráveis, o debate é grande. E vocês sabem que também outros interesses são grandes naquela casa. Mas estou reafirmando o nosso compromisso de estar junto com vocês, colaborando nesse processo. Também acho que temos de enxergar que - como disse a Nívea, se não me engano -, se há um grande gargalo nas regiões metropolitanas, como aqui, onde as pessoas ficam por 2 horas no trânsito, com um transporte caro e de péssima qualidade, às vezes inviabilizando até que se conciliem trabalho e estudo, esse problema também é do interior. Aliás, é um grande problema no interior. Há cidadezinhas com 40 mil a 50 mil habitantes, onde, em alguns horários, não há condições de se transitar. Então acho que é também nosso desafio buscar vários modais: desde a bicicleta, com ciclovias, ao trem e ao metrô, ou seja, desde o individual não motorizado ao transporte de massa. Acho que esse é o desafio que temos pela frente. Um grande abraço. Vocês, que são sempre bem-vindos, contem conosco nessa luta.

O coordenador - Obrigado, deputado Padre João. Com a palavra, o deputado Adelmo Carneiro Leão.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Boa tarde. Quero saudar a companheira Erundina, dizendo que temos grande admiração por sua história e trabalho - é uma honra recebê-la em Minas Gerais, onde é sempre bem-vinda; e os colegas e companheiros deputados Marçal Filho, Padre João, Nilmário Miranda, Rogério Correia e Paulo Lamac.

Quero tratar da questão da mobilidade, do transporte, como um direito social: o direito de ir e vir, um direito que nos conduz, em conjunto com os demais direitos, a uma vida saudável. Ou seja, para que a vida seja plena e saudável e os fundamentos do Estado Democrático de Direito e da liberdade sejam assegurados, é fundamental que seja inserida nesse contexto a questão da mobilidade, do transporte. Se consideramos essa condição do transporte como direito, da tarifa se torna apenas uma derivada dessa equação complexa.

Não basta tratarmos da tarifa zero ou da tarifa mínima se não tratarmos das condições de um sistema nacional de transporte integrado, em que as variáveis da segurança e das condições de trabalho dos trabalhadores não forem inseridas no contexto. Então eu queria, para nossa reflexão, tratar dessa questão. Se é direito, entendo que o fundamento desse direito está na ação do provedor, e o grande provedor do direito é o Estado - o Estado como um todo, não só governos. Analisando como esse Estado está funcionando e como os governos atuam na manutenção do Estado, encontraremos algumas questões que são muito relevantes no trato dessa emenda à Constituição e da questão do transporte e da mobilidade.

Ouvi muitas reflexões tratando do custo elevado da tarifa, dos ganhos de capital da iniciativa privada, mas quando vejo, por exemplo, no Estado de Minas ser inserido no custo da tarifa do transporte um imposto elevadíssimo, temos de levar em consideração quem paga esse imposto, o ICMS, que se aplica sobre o transporte coletivo, o transporte de ônibus principalmente. São as pessoas mais pobres. Se não pensarmos também numa reforma tributária - e o Congresso Nacional tem grande responsabilidade com essa situação -, apenas resolveremos isso paliativamente. Então há algumas grandes questões nacionais que desafiam permanentemente o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional, muitas vezes ou quase sempre subserviente ao Poder Executivo, não resolve os grandes problemas nacionais. Quando trato do Poder Executivo, é lá, aqui e alhures. Infelizmente temos uma relação de Estado em que a questão fundamental, que deve ser resolvida no espaço dos parlamentos, está sob a forte influência dos Executivos. E quero manifestar aqui como deputado do PT, cheio de esperança, o desejo de que o governo federal, sendo nosso ou qualquer que ele seja, comprometa-se com a reforma tributária. Sem essa reforma tributária, dificilmente poderemos ampliar e avançar em outras conquistas tão relevantes.

Quero tratar também da questão do transporte como direito. Temos, e estamos assistindo a isso todos os dias, um direito social, um direito fundamental, um direito que faz parte das condições plenas de vida exercido nos limites que o estamos exercendo. Mesmo que



a tarifa seja reduzida a zero, temos a questão da segurança no transporte. O que está acontecendo hoje no País, em termos de mortalidade no tráfego, é um absurdo. Não é só quem está sendo transportado que é vítima. A estrutura que estamos vivenciando hoje no transporte é uma verdadeira guerra: 42 mil mortes. E aqui falamos de um transporte que é ágil, mas extremamente perigoso. Tem havido uma incidência de acidentes com motos elevadíssima, absolutamente inaceitável, e isso também tem de ser levado em consideração. Trata-se de um direito, e o Estado é seu provedor, o Estado somos nós aqui na Assembleia, mas também somos nós todos aqui presentes, a sociedade como um todo. Temos de pensar nessa temática da segurança para podermos usufruir desse direito indispensável a uma vida saudável, e não sustentáculo de uma verdadeira guerra e de interesses econômicos.

Por fim, quero colocar também a ideia de que, ao tratar do direito de ir e vir, temos de pensar na questão da proximidade das pessoas; na sociedade, como direito social; nas necessidades da gente em relação à vida. O transporte é um serviço essencial e necessário para nos levar para a nossa casa, da nossa casa para o trabalho, para a escola, para o lazer, para diferentes condições de vida.

Ao pensarmos a escola e o trabalho, também é possível pensarmos a cidade sustentável, considerando-se o local de trabalho, o local para onde temos de ir e do qual temos de voltar. É preciso que o Estado dê sustentabilidade e equilíbrio do ponto de vista das energias utilizadas para a sustentação desse processo. Então pensar a cidade é outra condição que entendo interessante na lógica da construção do transporte e da mobilidade como direito fundamental para garantir vida saudável para todos. É nesse contexto que quero parabenizar o Nilmário, a Erundina, o Marçal, o Padre João e vocês. Estamos reunidos aqui para discutirmos a construção de uma estrutura melhor para que os direitos fundamentais, que estão todos imbricados, como subsidiários uns dos outros, possam ser plenos em nosso país.

O Padre João disse com muita propriedade que tivemos muitas e importantes conquistas nos últimos anos, e isso nos enche de orgulho. Mas, com todas as conquistas que tivemos até hoje, ainda vivemos numa sociedade absolutamente injusta, que precisa avançar muito, para que seja verdadeiramente fraterna, próspera e justa. Obrigado.

O coordenador - Obrigado, deputado Adelmo. Concedo a palavra à Beatriz Cerqueira, presidente da CUT Minas, que disporá de 5 minutos.

A Sra. Beatriz Cerqueira - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa. Cumprimento genericamente todos os deputados. Quero fazer bom uso dos 5 minutos a mim concedidos. Representando a CUT Minas, quero dizer uma frase pouco dita: somos a favor da PEC, estamos nessa luta. Mas temos uma percepção importante, já expressada por alguns colegas que me antecederam. Estamos muito cansados de serviços públicos sem qualidade, da ideia de que qualquer coisa serve para o povo. Foi isso que as manifestações de junho também disseram. Consigo parcelar a compra do meu carro, compro o meu micro-ondas, mas, quando vou a um posto de saúde, não tenho o atendimento que mereço. Se ando mais um pouco e vou a uma escola pública, não tenho educação pública de qualidade, que deveria ter, para o meu filho e a minha sobrinha, e assim sucessivamente. Mesmo com a prestação de serviços tão ruins à população, alguns serviços são pagos e caros. Um debate que temos de enfrentar com muita tranquilidade é este: por que temos de rodar roleta? Por que, na perspectiva de um direito social, o transporte público não é como a escola pública, o posto de saúde, o hospital público, uma prestação de serviço à população?

É importante fazermos esse debate, como disse a companheira que me antecedeu, independentemente de eu ser trabalhadora, estudante, ter de andar muito, morar perto do centro ou na periferia da cidade. É preciso agilidade em relação a isso, porque é o que as manifestações de rua estão dizendo. Estamos cansados de serviços sem qualidade, das lutas sociais serem tratadas sempre como caso de polícia, porque é o que vemos nas manifestações de rua. Minas Gerais é um exemplo disso. O Batalhão de Choque é o único aparato do Estado que nos recebe em qualquer manifestação, seja de estudantes, de professores ou convocados pelas redes sociais. É só o aparato social que está presente. Então há urgência para que essas questões saiam do papel.

De fato, dá sensação de cansaço. Sou de uma categoria, a de professores, cujo salário é R\$1.187,00, e ainda tenho de retirar desse salário o valor do transporte, porque não tenho nenhum auxílio para isso. A professora desmaia dentro da escola, como aconteceu com a professora de Araçuaí, porque não se pode comer na escola pública mineira. Estamos fartos disso. É preciso que tenhamos respostas mais rápidas em relação a isso.

Outro aspecto importante que me motivou a manter minha inscrição é a perspectiva de que nós, que estávamos nas ruas, pedíamos mais a presença do Estado. Queremos que o Estado cuide dos serviços que nos são essenciais. Então não é possível discutir PPPs. Não é possível colocar o capital para discutir questões que nos sejam essenciais, seja no transporte, seja na educação, porque estamos numa capital que está fazendo PPP na educação e está fazendo PPP na saúde. Não é isso que as pessoas querem. As pessoas querem um Estado cada vez mais presente. Quando vi que poderíamos pagar menos R\$0,20, menos R\$0,15 de tarifa de ônibus, me perguntei: por que pagávamos R\$0,15 a mais, R\$0,20 a mais? Por isso, a perspectiva de questionarmos as tarifas dos serviços públicos é importante.

Queria terminar fazendo um convite relativamente às tarifas, porque observamos que em Minas Gerais pagamos uma das contas de luz mais altas do País. Por que tenho de pagar uma conta para a Cemig para o acionista lucrar milhões, trilhões, para poucos dividirem entre si, enquanto a população trabalha muito para pagar isso? Fazendo esse questionamento, iniciamos um plebiscito popular pela redução da tarifa de energia. Então faço um convite aos mineiros que ainda não votaram: votem, porque, pela organização popular, temos instrumentos efetivos para pressionar pela redução de tarifas, como a tarifa da Cemig, da Copasa e a tarifa zero. Temos de ter serviços públicos de qualidade prestados pelo Estado, e não entregá-los à iniciativa privada.

Parabenizo pela iniciativa. Poucas audiências públicas nesta Casa escutam a população. Em geral, as audiências de que participo têm número limitado de pessoas e limitado espaço físico. Então esta audiência pública demonstra que é importante ouvir a população, com paciência, pois já estamos aqui há mais de três horas. Audiência pública é isso mesmo, é para ouvir o povo na sua diversidade e sem restrição, que em geral acontece aqui no Estado de Minas Gerais. Obrigada. Boa tarde e sucesso com a PEC.

O coordenador - Obrigado, Beatriz Cerqueira, presidente da CUT. Concedo a palavra ao nobre deputado Rogério Correia.



O deputado Rogério Correia - Quero inicialmente cumprimentar nossos deputados federais Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso do Sul, Padre João, Nilmário Miranda e deputada Luíza Erundina, do PSB de São Paulo. Quero cumprimentar também os deputados Adelmo e Paulo Lamac. Cumprimento os deputados porque essa PEC é de uma importância muito grande. Já foi dito aqui, mas, apenas para fazer eco a esse raciocínio, as jornadas de junho trouxeram para o centro da pauta de discussão do Brasil assuntos que estavam meio esquecidos ou que pareciam resolvidos, mas que, na verdade, não estavam e não estão, e passaram a fazer parte da preocupação central do País. Um deles é o transporte.

Na temática da educação, o Congresso acabou aprovando agora a medida provisória que disponibiliza mais recursos, através dos *royalties* do petróleo, que aliás foram aprovados depois de junho, e o próprio Congresso Nacional tinha derrotado um projeto de lei. Então a presidenta precisou de outra medida provisória, e creio que o movimento de junho foi fundamental para isso.

No que diz respeito à saúde, outro tema muito abordado, o Congresso Nacional também respondeu com a aprovação do programa Mais Médicos, elaborado pelo governo federal. Essas duas respostas foram necessárias a partir de uma ampla mobilização social. Acho que a questão do transporte também estava entre essas prioridades. Não foi à toa que começou com o movimento do passe livre e se expandiu para uma generalização de movimentos sociais e de reivindicações que foram muito boas para o País, pois mostram que a estabilidade apenas institucional não tem respondido aos anseios da população brasileira. Costumo dizer que as instituições estão meio velhas, carcomidas. Quando se reclama dos partidos políticos, dos parlamentos e do Ministério Público, as pessoas têm razão de mostrar a essas instituições que há necessidade de avanço maior e que é preciso prestar atenção na governabilidade social.

Nós, portanto, precisamos ter uma outra estratégia de mudanças mais profundas no Brasil. A presença dos movimentos na Assembleia Legislativa hoje, no que se refere a transporte, e a PEC apresentada como primeira signatária pela deputada federal Erundina, coloca no centro do debate institucional o que as ruas chamaram em junho para a discussão. Isso é importante ressaltar.

Quero complementar que os ecos de junho não chegaram ao governo de Minas, Erundina. Aqui, o governo parece surdo a todo o barulho das ruas. A presidente da CUT colocou muito bem que em Minas não se respeita sequer o mínimo constitucional na educação e na saúde. Na educação, que é em torno de 20% do que se gasta, há um déficit desde que o PSDB e o então governador Aécio Neves assumiram o governo, em 2003, de 8 bilhões na educação pública, do que tinha de ser colocado na Constituição, os 25%. Em Minas existe um TAG que o Tribunal de Contas fez com o governo do Estado. O tribunal sabe que o recurso não é aplicado, mas autorizou que só se aplique em 2015, e fez uma tabela para cumprimento do preceito constitucional apenas nessa data. Até lá, pode-se, por obra do Tribunal de Contas e do governo do Estado, por meio de um TAG, descumprir as Constituições Federal e Estadual. A mesma coisa acontece em relação à saúde, em que Minas aplica em torno de 8% por ano, dando um déficit de cerca de 8 bilhões, e o deputado Adelmo Carneiro Leão, que é médico, sempre fala isso. Então, só na saúde e educação, temos um déficit de 16 bilhões em Minas de preceitos constitucionais.

Estamos falando em se alterar a Constituição do ponto de vista dos transportes, mas é preciso que se tenha um controle mais rígido em relação aos governos, até da própria Constituição. No caso do Minha Casa, Minha Vida, em Minas não se tem esse cuidado. Temos sessões permanentes de acampados, de sem-casas, que já atingiram cerca de 20 mil famílias debaixo da lona preta na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e recentemente tivemos a visita deles à Assembleia Legislativa. Também temos um déficit imenso em relação ao transporte coletivo, e aqui o governo não fala em metrô nem em nada, para tudo é preciso vir verba do governo federal, é como se o governo do Estado não existisse.

Então, ao colocar essa questão na Constituição Federal, esperamos também que haja um movimento em Minas Gerais para despertar essa necessidade de se cobrar do governo e do Estado ações positivas. Aquilo que vocês ouvem falar, no Senado ou no Congresso, pelo senador Aécio Neves, ou na mídia, é mera propaganda. Não existe absolutamente nada em Minas em termos de programas sociais. Em Minas existe um silêncio; dizemos que está tudo dominado. E vocês que vieram de outros estados devem saber, porque uma mentira repetida muitas vezes pode parecer verdade em outros estados, mas não é. Quero parabenizá-los pela atitude de colocar o transporte coletivo também como preceito básico social na Constituição. Parabéns aos deputados.

O coordenador - Obrigado, deputado Rogério. Com a palavra, o Sr. Fernando Soares, da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

O Sr. Fernando Soares - Boa tarde. Venho aqui representar a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, que faz parte do Fórum Nacional da Reforma Urbana. Sou diretor de relações externas da federação, e também faço parte, com o apoio da federação, do GT Reforma Urbana da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e do GT Mobilidade Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Sou cidadão contagense e cidadão metropolitano que defende a cidadania metropolitana.

Quero começar falando que o transporte coletivo é um direito inerente ao direito à cidade. Ele é um direito, como todos os outros direitos sociais constitucionais, como moradia, saúde e educação. Ele tem de ser garantido como um direito. Não basta somente o direito ao transporte coletivo, mas sim o direito justo a ele, que é a tarifa zero. Gostaria de usar o exemplo de um morador de rua, que mora aqui, no Centro de Belo Horizonte. Na verdade, ele é de Icaivera, em Contagem. A família dele mora lá. Ele, que é catador de recicláveis aqui no Centro, não tem condições de voltar para casa. Por isso dorme na rua. Se viesse e voltasse, gastaria R\$10,00 por dia de passagem. Saliento isso porque, há vários anos, existem os direitos. Muitos falaram, muitos estiveram aqui compondo o governo, mas não conseguiram não permitir que as tarifas aumentassem. Essa é uma dificuldade que sentimos.

Entro no debate da reforma urbana e implementação do Estatuto da Cidade. Vários aqui defenderam e defendem a reforma urbana, mas não conseguem implementá-la em seus municípios. Não conseguem implementar os instrumentos que ela determina, para que haja avanço da reforma urbana. Observando o Minha Casa Minha Vida, um programa do governo federal, encampado por estados e municípios, notamos que ele não consegue cumprir sua principal função, que é prover moradia urbanizada, com todos os direitos das pessoas à cidade, com todos os direitos da população mais pobre deste país. Com isso, salientamos que o Estado brasileiro abandonou a pauta da reforma urbana. Aliás não abandonou somente essa pauta mas também a pauta dos direitos humanos, quando a presidenta convocou o Exército e a Marinha para reprimir movimentos sociais. Temos de ter isso claro. São abandonos de pautas de direitos sociais no País.



Finalizo afirmando que o direito, como muitos disseram, só será garantido com muita luta. Se até o nosso direito de manifestação está sendo tolhido no País, os demais direitos terão de ser conquistados com muita luta. Espero que todas as esferas de governo - como Legislativo e Executivo - ouçam as vozes que vêm das ruas, que não começaram em junho, como muitos pensam. Não, essas pautas já estão aí há muito tempo. Junho foi só o ápice dessas pautas, que não terminarão aqui. Para aqueles que acham que essas movimentações terminarão aqui, afirmo que não. É só expressão. Não ouçam aqueles que querem somente lucrar com os direitos dos cidadãos brasileiros. Obrigado.

O coordenador - Concedo a palavra a Ricardo Mendanha, por 5 minutos.

O Sr. Ricardo Mendanha - Boa tarde a todos. Estou aqui representando a Associação Nacional de Transportes Públicos. Sou coordenador da regional Minas. Represento o Sr. Aílton Brasiliense, nosso presidente. Tive oportunidade de trabalhar com o companheiro Lúcio Gregori, a quem ajudei em 1991, com os primeiros cálculos da tarifa zero e com a licitação do transporte público em São Paulo. Cumprimento a Erundina, o Paulo, o Nilmário, o Marçal, o Rogério, o Adelmo e todos os companheiros.

Muito do que eu ia dizer aqui já foi contemplado na fala do Arnaldo e do deputado Rogério Correia, que acabou de se pronunciar. Acho que essa PEC é fundamental. Por mais que achemos que a questão tem muita fala, muita conversa, como eu estava discutindo aqui com o Marquinhos, o marco regulatório é fundamental, mas não é suficiente.

Não precisamos achar que, acrescentando esse direito social na PEC, vamos resolver todos os problemas. Por outro lado, se não a colocarmos lá, vai dificultar muito a solução dos problemas. Acho que esse processo é fundamental. Temos evoluído muito nos marcos regulatórios, mas temos de evoluir muito mais nessa caracterização, nessa garantia do direito ao transporte, à mobilidade, que é um direito social. Isso é fundamental no processo. Creio que vamos avançar muito com essa questão.

Coloco a Associação Nacional dos Transportes - ANT - à disposição de vocês nessa luta, nessa discussão. Temos participado dessa luta nacional, através das entidades regionais e nacional. Só se vai mudar alguma coisa, se houver muita luta. Essa é a lógica da sociedade. Foi assim, há milhares de anos, e vai continuar sendo assim. Não é algo escrito no papel que vai garantir que qualquer coisa aconteça. Em qualquer situação, é a população na rua, a cobrança dos direitos, a luta de classe e a briga que vão garantir isso. Temos, sempre, de estar atentos para isso.

Encerro dizendo que não existe solução para a mobilidade urbana, se não for por meio de um transporte público eficiente, com qualidade e com subsídio. Sem isso, nada vai se resolver, e, para que resolva, é preciso investir muito em transporte público, em todas as formas. Deverá haver investimentos em sistema de ônibus, de BRTs, em construção de muitos metrô, VLTs e monotrilhos. Enfim, temos de parar com essa discussão, com essa questão de um sistema ficar brigando com outro, e brigarmos pelo transporte público. Só com muito transporte público que garanta a mobilidade dos pedestres, dos deficientes, que garanta a acessibilidade, e, principalmente, com o transporte público de qualidade subsidiado é que vamos minorar os problemas das nossas cidades. Obrigado. Estamos à disposição.

O coordenador - Obrigado, Ricardo. Agradeço a todos pela participação. Gostaria de passar a palavra à autora da PEC, deputada Luiza Erundina. Depois, ouviremos o relator e encerraremos esta produtiva - creio eu - audiência pública.

A deputada federal Luiza Erundina - Deputado Nilmário, companheiras e companheiros dos movimentos sociais, dos movimentos populares, serei breve, até porque estou com o tempo escasso para viajar para São Paulo.

Fiquei muito bem impressionada com a qualidade deste debate. Um outro debate também ocorreu em São Paulo. É impressionante como as pessoas que vivem o problema têm muito mais clareza sobre ele e muito mais lucidez para apontar saídas e soluções a fim de resolvê-lo. Isso nos dá uma enorme alegria, e, ao mesmo tempo, esperança e expectativa. É evidente que há uma emenda constitucional que assegura o reconhecimento institucional de um direito social. Isso é um enorme passo, a partir do qual podemos influenciar as decisões do governo, para incluir esse tema e essa política nas prioridades orçamentárias e nas prioridades de governo. Mas, é preciso termos garantia institucional, como disse o companheiro que acabou de intervir. O que nos impressiona é que as coisas estão se dando a partir do poder popular. A grande novidade e a grande expectativa em relação a este momento, a esta conjuntura, é que está se reconstruindo, está sendo trazida de volta a força do povo, exigindo-se mudanças na sociedade.

A questão do transporte é muito clara, simples, direta, impacta todos os dias as pessoas que dependem da condução pública para viver na cidade. Portanto, não se trata apenas de uma questão econômica, contábil, financeira, mas de uma questão política. O companheiro do movimento, em sua intervenção inicial, falou que se trata exatamente de uma questão política. A resposta é traduzida em perguntas: a cidade para quem? Quem tem direito à cidade? Que tipo de cidade queremos? Uma cidade que não possibilita aos seus cidadãos... As palavras "cidade", "cidadão" e "cidadania" têm uma inter-relação muito direta. Não é cidadão quem não tem direito à cidade, quem não vive a cidade, quem não produz com os outros a cidade e quem não se beneficia dela. É uma questão de cidadania. Não é possível o governo definir se a questão é ou não prioritária, é condição de cidadania.

O transporte tem de ser acessível a todos, inclusive aos que têm limitações de toda ordem. Tem de haver acessibilidade. É incrível perceber que o número de pessoas nas ruas não é apenas daquelas que perderam emprego, que perderam a condição de renda, mas, sim, que não têm dinheiro para pagar a condução, a locomoção na cidade, ir do trabalho à casa. São pessoas que trabalham, cuja renda não dá para custear um serviço muito caro e que dependem do dinheiro agora, ali, na hora de tomar o ônibus. Então, isso tem de ser resolvido com financiamento público. O poder público tem de arcar com isso e socializar. Não é de graça. Não é tarifa zero. Não. É uma tarifa que socializa os custos entre todos os que fazem, vivem e constroem a cidade.

Não há outra saída senão uma reforma tributária. O companheiro falou, é uma reforma tributária e em cima do tributo direto. Não é em cima do tributo indireto, que todos pagam igualmente, de forma injusta. O imposto direto sobre a propriedade, só paga quem tem propriedade, imóvel. Esse é um princípio fundamental de justiça fiscal, de justiça tributária, como condição de justiça social. Não há dúvida quanto a isso. A Cide? Tudo bem. Vamos pô-la para o município, mas, de novo, já é um tributo que existe e é alocado em outros serviços. O tributo foi até zerado, pois houve isenção fiscal. Retomar isso e colocar para o município não resolve. O tributo já existe e está sendo alocado para outras coisas. Simplesmente se está tirando de um lugar e colocando em outro. Portanto, é a soma de





resultado zero. Temos de criar fonte de receita para cobrir os custos desse serviço, que não pode ser coberto exclusivamente pelo usuário direto. Isso é muito claro, evidente.

Então, o centro dessa decisão: primeiro, a declaração de direito social reconhecido na Constituição; segundo, discutir o financiamento. A questão não pode ficar em aberto. Os companheiros têm toda a razão. Esperamos, esperamos, fazemos leis, mas elas não “pegam”. Há lei que não “pega”, e isso tem de acabar. Se há uma lei, ela tem de “pegar”, valer. Mas uma lei só vale, só se transforma, de fato, em direito quando o cidadão se apropria desse direito e exige o cumprimento dessa lei. E aí se coloca o quê? O poder popular. É o poder popular que vai garantir primeiramente a existência da lei, a aprovação do instrumento, do dispositivo legal, constitucional. A partir daí e junto a isso, é preciso criar a fonte de financiamento pública para que esse direito seja assegurado. Como se fez com a saúde ao se vincular, na Constituição, o percentual do orçamento da União que deverá ser destinado à área, assim como foi vinculado também para a educação. Daqui a pouco, quando conquistarmos esse direito, vamos lutar por um percentual na Constituição e no orçamento da União destinado ao transporte. Tem de ser zero. Não pode ser subsidiado. O subsídio, de alguma forma, recai sobre o cidadão, pois tira-se de uma fonte pública para se colocar em outra.

É muito claro. É uma questão tão evidente, tão direta e impacta tão imediatamente cada cidadão ... Cada um, na sua condição diferenciada, é atingido diferentemente pela ausência desse direito. Então, companheiros, não tenho muita coisa a acrescentar, mas gostaria de dizer que saímos dessas audiências muito mais seguros de que estamos no rumo certo. No entanto, precisamos de apoio e respaldo político para esses deputados que estão aqui - o presidente, o relator e, evidentemente, eu e outros que compõem a comissão viabilizarmos isso lá no Congresso. O presidente e o relator já disseram: “Vamos aprovar o projeto na comissão até o final de novembro”. Mas existe a batalha junto à Mesa da Casa, à presidência da Casa e aos líderes de bancada. Portanto, vocês terão de fazer moções, terão de fazer pressão e exigir que a matéria seja pautada e votada. Até o final de novembro a PEC tem de ser votada na Câmara para depois ser encaminhada ao Senado. Lá será outra luta, outra guerra para ver se, até no início de 2014, antes do processo eleitoral, tenhamos esse trunfo na mão, como conquista do povo. Na verdade, essa PEC só veio para a pauta por causa da luta de vocês nas ruas, senão não teria vindo.

Tenho uma PEC de 1999, propondo que pessoas com idade a partir de 60 anos tenham o direito ao transporte gratuito. Com o Estatuto do Idoso, estabeleceu-se que direitos seriam assegurados a pessoas com essa faixa de idade. Até pouco tempo, a idade estabelecida para homens era a partir de 75 anos e mulheres, a partir de 65, para terem o direito à gratuidade do transporte. Desde 1999 tenho essa PEC, mas ela não sai do canto, porque ninguém reivindicou. Tudo é focado: prefeito tal ou governador tal faz isso na véspera de eleição para dizer: “Olha, como sou bonzinho. Estou dando transporte gratuito para quem tem 60 anos”. Só que isso já está no Estatuto do Idoso há muito tempo.

Então, companheiros, tenho consciência de que a viabilidade dessa PEC, a agilidade dela e a sua eficácia na vida concreta dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos usuários diretos do transporte público só vai se efetivar pela pressão do poder popular. Vocês são esse poder popular que está se expressando com muita força, com muita energia, com muita clareza e com muita consciência política. É impressionante o nível de qualidade de debates como este, a que assistimos ou outros que estamos fazendo por aí. Se a compreensão que vocês estão demonstrando e que em outros ambientes estamos constatando chegasse ao Congresso Nacional, dificilmente não arrancaríamos naquela Casa tudo aquilo que é direito do povo. Muito obrigada.

O coordenador - Apenas gostaria de ressaltar aqui que não faz parte do ritual fazermos audiências públicas fora do âmbito da Câmara Federal. Isso foi uma opção do relator, deste presidente e da autora, justamente porque sabíamos que este debate iria nos enriquecer ainda mais. Não tínhamos dúvidas quanto a isso, e é o que estamos constatando hoje aqui, como fizemos em São Paulo. Com a palavra, o deputado federal Nilmário Miranda.

O deputado federal Nilmário Miranda - Queria lamentar não ter dado tempo de ouvir a Cláudia Pires, o Marco Landa, o Chiquinho Maciel, que é um atador histórico do transporte dos fundadores da UTC; a AMES, que também colocou a visão de estudantes secundaristas, de jovens para os quais o transporte muitas vezes é um pesadelo; o Zé de Fátima, que tem uma longa militância também no direito à cidade; o Josadac Marques e a Ana Lúcia de Souza Carvalho. A cada momento, a Antônia subia aqui e trazia um pedido para inclusão de uma pessoa. Incluímos o máximo que foi possível.

Tínhamos a meta de 20, mas fomos muito além disso. Foram pelo menos 5 minutos cada um, foi um tempo razoável, as pessoas puderam expressar-se. Todas as falas acrescentaram alguma coisa. Está tudo gravado, temos anotações. Vamos aproveitar tudo. A PEC é muito simples, tem de se ver a juridicidade, a constitucionalidade e a razão política. Está claro que é possível. A OAB deu um depoimento importante sobre juridicidade e constitucionalidade, não é, deputada Erundina? Eles foram lá representando a instituição para dizer que apoiavam e viam ali base funcional para isso.

Mas aqui aparecem ideias muito interessantes de prestação de usuários. Queria também, André Veloso, dizer que foi uma ideia muito grandiosa transformar aquela energia num projeto de iniciativa popular. Eles dizem que as manifestações de rua eram anárquicas, não tinham objetivo, ninguém sabia o que queria. Aqui vocês apontaram que tem um rumo, uma possibilidade de a população interferir numa questão fundamental. A OAB colocou isso com muita clareza, o transporte transporta o cidadão para os seus direitos, para todos os direitos. Vários aqui falaram sobre isso. O Fernando e outros falaram isso aqui, falaram do direito ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, à assistência social. Vocês fizeram uma canalização que acho que será um bom exemplo para o País também. Espero conseguirmos as 95 mil assinaturas. Sou eleitor de Belo Horizonte e quero assinar hoje ainda, depois que encerrarmos.

Todos disseram também que é uma questão política, que depende de uma decisão política. Não é uma questão técnica, não é uma questão financeira, é uma questão política, e a decisão política precisa vir das ruas. Se ela não tiver respaldo na sociedade, em uma mobilização ativa, é evidente que não sairá das boas intenções.

Achei muito importantes também as intervenções de alguns agentes públicos, do Marcos Fontoura, do pessoal da Transcon. O Mendanha hoje não está nessa função, mas ele se tornou referência nacional de gestor e é vinculado a um grupo no País, participou de



audiência - não é, deputado Marçal? - que ajudou a criar uma massa de consciência que vai permitir aprovar na comissão. Para aprovar no Plenário, depende-se de 308 votos, em duas votações. Mas na comissão acho que já está garantido, é um passo importante.

Achei muito interessante muitos terem dito aqui que o morador de rua às vezes não é morador de rua, é uma pessoa que não consegue voltar. Eu já tinha ouvido isso em Brasília, que muitos vão na segunda-feira de manhã - às vezes eles ganham o direito à moradia e perdem o direito à cidade - para Brasília e só voltam na sexta. Eles não podem voltar toda noite. O tempo despendido e o custo para milhares de pessoas, milhões talvez, são altos.

Tivemos um dado pelo qual 37 milhões de brasileiros andam a pé, e nem sempre por opção de uma vida saudável, a maioria porque não tem dinheiro mesmo. Em Salvador, chega-se a 40% da população. Isso já mostrou que o sistema atual está falido, e a PEC como direito social abre caminho para repensar o modelo, universalizando o direito e tudo o mais.

Tenho uma informação importante, deputado Marçal, que foi dada pelo Daniel Santos: a Lei da Mobilidade Urbana pede que, até 2015, toda cidade com mais de 20 mil habitantes tenha um plano de mobilidade. Então, não é somente para cidades grandes, mas para todas as cidades brasileiras, pelo menos com mais de 20 mil habitantes. É importante a participação dos rodoviários e dos metroviários, que também são vítimas desse sistema injusto, tão denunciado por todos e que virou praticamente unanimidade.

Enfim, a questão metropolitana foi colocada com muita força. É irracional uma pessoa pegar um transporte em Betim, passar por Contagem, fazer uma atividade de sua vida nessa cidade e vir a Belo Horizonte para outra atividade, e isso com sistemas diferentes de gerenciamento. Não tem o menor sentido isso, porque no mínimo tinha de haver transporte gratuito ou bilhete único. Não pode uma pessoa, para exercer seus direitos, pagar quatro tarifas num dia. Esse é um sistema falido, temos de revê-lo. Qual é o papel do ente estado, não o da União federal, mas o Estado de Minas, o Estado de Pernambuco, o Estado da Bahia? O papel não está claro, e até agora vemos muita omissão. Transporte não é só ônibus, não é só metrô.

Aqui se falou muito na volta dos trilhos. Tivemos informações, deputado Paulo Lamac, de que, em São Paulo, há 50 anos, havia 2.200.000 habitantes e 600km de trilhos; hoje há 11 milhões de habitantes na cidade, 20 milhões na região metropolitana, e 70km de trilhos. Então, diminuiu de 600km para 70km. Essa também foi uma atitude infeliz no País. Precisamos resgatar o papel do trilho, o resgate do transporte por trilho de várias modalidades.

Enfim, vamos levar tudo isso, nada vai ficar perdido, pelo contrário. Ontem ganhei da OAB um livreto com as preciosidades de Ruy Barbosa. Aqui também temos muitas preciosidades, muitas ideias, frases, conceitos, princípios, valores, demandas. Recolhamos e vamos colocar tudo em nosso relatório, que seria simples, apenas colocar a base jurídica, a base constitucional e a necessidade política de se aprovar isso. Mas vamos além, apontaremos também o que a deputada Erundina disse: colocar o direito social como ponto de partida para a exigibilidade. Quando está na Constituição... O povo já aprendeu que é mais fácil fazer exigibilidade da lei, primeiro vira lei e, depois, política pública que seja universal, que não seja aquela política meia-bomba, que acaba não atendendo ao princípio pelo qual foi criada.

Alcançamos o objetivo. Achei muito bom ouvir tantas pessoas com visões muito diferenciadas, enriquecendo o trabalho da comissão especial. Muito obrigado a todos. Vou devolver a palavra aos nossos presidentes para o encerramento. Muito obrigado.

O coordenador - Agradeço presença de todos aqui. Estamos muito entusiasmados. Nós, da comissão, vamos continuar trabalhando neste mês de novembro e, se Deus quiser, vamos aprovar essa proposta e lutar muito junto aos nossos líderes para que isso seja examinado no Congresso Nacional, pois são duas votações na Câmara dos Deputados e duas no Senado.

Quero dizer, principalmente aos que representam os movimentos sociais, que continuem assim, pois essa união nos ajuda muito, nós, que fazemos política ouvindo o povo e a população. Para nós isso é muito importante. Só vamos ter ganhos e romper barreiras se tivermos o apoio de vocês e se continuarem mobilizados. Tenho dito a muitos políticos que aqueles que não ouvirem os recados das pessoas ou que não estão ouvindo as vozes das ruas vão se dar muito mal nas próximas eleições, pois o Brasil está mudando, principalmente a consciência do povo brasileiro está cada vez mais despertada. Isso é muito bom, e é isso que muda o nosso país.

Passo a palavra, ao deputado Paulo Lamac, coordenador da nossa reunião, e agradeço a todos a receptividade.

O presidente - Agradecemos à Comissão Especial da PEC 90 por nos ter honrado, bem como a esta Casa e ao Estado de Minas Gerais, um dos poucos estados que está recebendo as audiências públicas da PEC 90. Parabéns ao deputado Nilmário Miranda pela iniciativa de propor a esta Casa que pudéssemos construir conjuntamente este debate. Agradeço a presença de todas e de todos e deixo o registro do nosso apoio e da nossa expectativa de que, em breve, estaremos construindo as legislações estaduais e municipais baseadas nesse novo direito social, que, na verdade, é um direito que só precisa ser reconhecido. De fato, é um direito, e não tenho dúvida de que esse trabalho de vocês levará ao seu reconhecimento. Muito obrigado e boa noite.

## **ATA DA 57ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/10/2013**

### **Presidência do Deputado Ivair Nogueira**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras do Deputado Anselmo José Domingos - Entrega de Placas - Palavras do Pastor Marco Antônio Picone Soares - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Palavras do Sr. Léo Portela - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados:

Ivair Nogueira - Anselmo José Domingos - Sebastião Costa.

### **Abertura**

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h6min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



### Ata

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Igreja Cristã Maranata pelos 45 anos de sua fundação.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Revmos. Srs. pastores Marco Antônio Picone Soares, promotor de Justiça, e Leonídio Mathias Doehler, desembargador, representando a Igreja Cristã Maranata; e os Exmos. Srs. Léo Portela, subsecretário de Estado de Casa Civil, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; deputado federal Lincoln Portela; Wanderley Porto, secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, representando o prefeito municipal, Marcio Lacerda; vereadores Elvis Côrtes, Juliano Lopes Lobato e Marcelo Álvaro Antônio, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Francisco Soares de Oliveira, vereador de Ibitaré.

Informamos o recebimento de mensagens que nos foram enviadas pelos deputados federais Marcos Montes e Leonardo Quintão e pelos senadores Aécio Neves e Zezé Perrella, por meio das quais as autoridades lamentam não se fazer presentes, em razão de compromissos previamente agendados, e cumprimentam o deputado Anselmo José Domingos pela iniciativa e a entidade homenageada desta noite.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pelo grupo de louvor Igreja Cristã Maranata BH.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Deputado Anselmo José Domingos

Boa noite a todos. Senhoras e senhores; Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o presidente, deputado Dinis Pinheiro; Léo Portela, subsecretário de Estado de Casa Civil, representando o governador do Estado, Antonio Augusto Anastasia; Pastor Marco Antônio Picone Soares, representando nesta oportunidade a Igreja Cristã Maranata; Pastor Leonídio Mathias Doehler, também representando a Igreja Cristã Maranata; Lincoln Portela, deputado federal; Wanderley Porto, secretário municipal de Administração Regional do Barreiro de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; Marcelo Álvaro Antônio, Juliano Lopes Lobato e Elvis Côrtes, vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte; é com alegria muito grande que estou aqui hoje como autor desta homenagem à Igreja Cristã Maranata.

Maranata! Maranata! Maranata! Com essa saudação, renovam-se em nossos corações a alegria e a esperança, pois esta é uma noite especial, em que homenageamos a Igreja Cristã Maranata pelos seus 45 anos de existência, pelo mérito de suas ações e por tudo o que representa. É um privilégio e uma bênção poder homenagear a Igreja Cristã Maranata pela segunda vez em minha vida: como vereador do Município de Belo Horizonte, no dia 30/10/2008, pude destacá-la pelos seus 40 anos. Então agora não poderia ser diferente. É com grande satisfação que contamos com a presença de cada um de vocês para engrandecer e legitimar este momento. Aproveito para cumprimentar todos que estão nos assistindo pela TV Assembleia.

A Igreja Maranata é uma instituição religiosa centrada no evangelho, que dissemina a fé e a educação cristã. Neste momento me conduzo ao livro de Joel, capítulo 2, versículos 28 e 29: “E há de ser que, depois, derramarei o meu Espírito sobre a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões. E também sobre os servos e sobre as servas, naqueles dias derramarei o meu Espírito”. A profecia de Joel se cumpriu pela primeira vez em um dia de Pentecostes, como está escrito em Atos 2, quando a igreja primitiva teve a experiência do batismo “e todos foram cheios do Espírito Santo”. E isso, bem no início da era cristã. Mas o Espírito continuou a se derramar sobre aqueles que têm fé e, em 1967, a experiência da igreja primitiva se repetiu na cidade de Vitória, proporcionando o nascimento da Igreja Cristã Maranata, de forma legal, em 1968.

Com a finalidade de despertar as pessoas para a fé cristã e de prepará-las para a segunda vinda de Jesus - afinal, o termo “maranata” significa “o Senhor Jesus vem” -, a Igreja Cristã Maranata tem-se destacado pelo acolhimento de milhares de pessoas que sentem suas necessidades espirituais preenchidas pelos preceitos evangélicos por ela divulgados.

Hoje, consolidada, está presente em mais de 100 países. No Brasil, são mais de 5 mil igrejas espalhadas por todos os estados; tornou-se uma das maiores igrejas evangélicas do País. Essa bem-sucedida evangelização vai ao encontro das palavras do Senhor Jesus, presentes no capítulo primeiro, versículo 8, dos Atos dos Apóstolos: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra”. A intensa adesão à Igreja Cristã Maranata pelas pessoas se deve, em grande parte, aos aspectos de seu funcionamento, que tem como modelo a igreja primitiva, em que todos juntos formam o corpo de Cristo.

Senhoras e senhores, especialmente, destaco o ministério leigo e não remunerado dos pastores e o trabalho voluntário dos membros da igreja. Assim como preferia Paulo para si mesmo, todos tiram o sustento do seu próprio trabalho. Além disso, não é feita a arrecadação pública de ofertas. Destaco ainda, a importância de cada membro, obreiro, diácono, ungido e pastores que têm igual responsabilidade nas atividades da igreja. Vale lembrar o magnífico trabalho humanitário e assistencial, como vimos no vídeo, da Fundação Manuel dos Passos Barros, nome dado em homenagem ao primeiro presidente do Presbitério Espírito Santense, o engenheiro Manuel dos Passos Barros, que atuou na instituição que tem como missão contribuir para a promoção da cidadania



mediante ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, tecnologia e meio ambiente. A Fundação põe em prática os preceitos da igreja, que lhe deu origem, criando condições e oportunidades de desenvolvimento humano e promovendo a inclusão social, o que resulta na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Conheço muitos dos pastores que estão aqui hoje e não poderia deixar de citar também o trabalho de alguns deles, em especial o dos pastores Marco Antonio Picone Soares e Leonídio Mathias Doehler à frente da Igreja Cristã Maranata na região de Belo Horizonte. Mencionando essas duas pessoas de grande valor e caráter moral e ético, estendo minha homenagem a todos os outros pastores, coordenadores, conselho presbiteral, ungidos, diáconos e obreiros, homens que se dedicam a uma causa nobre e se desdobram para suprir as necessidades do rebanho. Dr. Picone, o senhor tem uma missão profissional muito difícil, que exige grande conhecimento e dedicação, especialmente nos dias atuais, como promotor de justiça. Mas, em vários momentos que temos de convivência, tenho observado que o senhor doa a sua vida ao ministério de Deus.

Abro também um aparte para citar aquele que participou da fundação dessa igreja e se entregou por completo a essa obra: Gedelti Gueiros, que Deus colocou como presidente da Igreja Cristã Maranata Presbitério Espírito Santense. Um homem que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente quando estive no Maanaim de Domingos Martins. Na oportunidade, pude contemplar sua simplicidade, humildade e intimidade que possui com os homens e com Deus, que merece nosso apreço e admiração.

Senhoras e senhores, é certamente a força e o trabalho constante de seus pastores e de seus membros que faz da igreja um espaço aberto de amor e diálogo. Diálogo esse que se constrói nos encontros e seminários sobre a palavra de Deus, nas grandes reuniões e evangelizações e também nas relações internacionais de cooperação com outras igrejas cristãs Maranata ou Pentecostais ao redor do mundo. Momentos em que sempre é reforçado o poder do Espírito Santo na vida da igreja. Sou testemunha de tudo isso, pois pude participar de vários cultos, da grande evangelização do Mineirão, que sem dúvida nenhuma foi um marco para a igreja, e também de seminários, nos Maanains de Belo Horizonte, Divinópolis e Domingos Martins.

Aproveito este momento para abrir um parêntese a fim de agradecer e saudar o amigo e hoje secretário regional do Barreiro, Wanderley Porto, que administra uma região com mais de 300 mil habitantes. Foi ele que me apresentou a esta abençoada igreja. Wanderley Porto, ao longo dos 45 anos de existência da Igreja Cristã Maranata, muito há para se comemorar. Porque é gratificante perceber o envolvimento e o comprometimento dos membros da igreja com a comunidade, com a família, com os enfermos e fragilizados, com os idosos e também com as novas sementes que são as crianças e os adolescentes. Observo sempre nos cultos a presença das crianças, das meninas e dos meninos, sempre juntos. É bonito ver todos unidos, semeando a Palavra de Deus com a finalidade de promover tanto o bem espiritual quanto o mais profundo desenvolvimento pessoal do ser humano. Tudo isso revela que a igreja não está voltada apenas para si mesma, mas ela põe em prática o que Jesus ensinou: a árvore boa dá bons frutos, e é por seus frutos que a conhecemos. Aproveitamos para ler em Mateus, 7, versículos 24 e 25: “Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras, e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha; e desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha”.

Senhoras e senhores, amigos e amigas, a Igreja Maranata é fruto do movimento de avivamento espiritual no seio do povo evangélico, que sacudiu o mundo e especialmente o Brasil, levando a uma grande renovação, ditada pela busca do Espírito Santo e com o compromisso com a volta do Senhor Jesus. O momento atual do mundo é tão significativo quanto a saída do povo de Israel do Egito. A redenção, a ressurreição, a nova vida aguardam os que estão caminhando em busca da experiência plena da salvação.

Essa história de sucesso, superando imensos obstáculos e desafios incontáveis, remete à obra de fé de todos vocês: exemplos de luta, determinação e confiança numa igreja que é a mais pura demonstração de fé e esperança. A vocês que formam o corpo de Cristo e que construíram sua casa sobre a rocha, divulgando por meio da palavra e pondo em prática os valores cristãos, meus parabéns. Desejo que esse trabalho continue firme e que a Igreja Cristã Maranata dê cada vez mais frutos. E assim, na esperança, em cumprimento à promessa de Jesus, saudemos novamente: Maranata! Maranata! Maranata! O Senhor Jesus vem! Muito obrigado.

### **Entrega de Placas**

O locutor - Neste momento, o deputado Ivair Nogueira, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega aos pastores Marco Antônio Picone Soares e Leonídio Mathias Doehler de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “Em 1968, em Vitória, foi organizada a Igreja Cristã Maranata. Do Estado do Espírito Santo para todo o País, a instituição conta hoje mais de 5 mil igrejas no Brasil e é também uma referência de espiritualidade em mais de 100 países. Levantando a bandeira da fé, a entidade realiza ainda importante trabalho social, por entender que a proclamação dos princípios cristãos não deve estar dissociada da prática de solidariedade e amor ao próximo. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reconhecendo o valor da Igreja Cristã Maranata para toda a sociedade, rende a ela justa homenagem pelos 45 anos de sua fundação”.

O presidente - Gostaria de convidar o deputado Anselmo José Domingos para nos dar a honra de nos acompanhar na entrega dessa honrosa homenagem.

- Procede-se à entrega da placa.

O presidente - Gostaria que o deputado Anselmo José Domingos fizesse a entrega da placa da justa homenagem aos pastores Marco Antônio Picone Soares e Leonídio Mathias Doehler, da Igreja Cristã Maranata.

- Procede-se à entrega das placas.

### **Palavras do Pastor Marco Antônio Picone Soares**

Quero saudar a todos com a paz do Senhor Jesus. Exmos. Srs. deputado Ivair Nogueira, 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, nosso amigo, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; Leo Portela, grande amigo, subsecretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; deputado federal Lincoln Portela, também amigo de muitos anos, cuja presença nos alegra imensamente; Wanderley Porto, secretário municipal de Administração Regional do Barreiro, de Belo Horizonte, membro da Igreja Cristã Maranata,



nosso querido irmão, representando o prefeito Marcio Lacerda; Elvis Côrtes, vereador de Belo Horizonte. Quero manifestar nossa alegria com a presença de V. Exa., até mesmo porque, em abril deste ano, a Câmara Municipal de Belo Horizonte fez uma homenagem à Igreja Cristã Maranata, a requerimento de V. Exa. Para nós foi um momento marcante, em que o nome do Senhor Jesus foi glorificado. Não poderíamos deixar, nesta hora, de fazer menção àquela reunião tão gloriosa. Exmos. Srs. Juliano Lopes Lobato, vereador de Belo Horizonte, também nosso irmão em Cristo; Marcelo Álvaro Antônio, vereador de Belo Horizonte, membro da Igreja Cristã Maranata; deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores; demais autoridades; nosso representante da Câmara Municipal de Ibirité; estamos felizes porque este ano tem sido para nós, membros da Igreja Cristã Maranata, de grande desafios; desafios que surgem naturalmente, na caminhada do ser humano.

Quando Deus nos convocou para realizar a sua obra, jamais nos disse que nos isentaria de lutas, provas, adversidades no transcorrer da nossa jornada. Mas Ele deixou a cada um de nós a certeza de que, em todas as batalhas, estaria como está, com o povo fiel, com a igreja fiel do Senhor Jesus. Nele, somente Nele está a certeza da nossa vitória. Por isso nos alegamos pela homenagem que recebemos em abril da Câmara Municipal de Belo Horizonte; renovamos de forma mais intensa a homenagem que esta Casa nos concede hoje; e queremos deixar o nosso agradecimento ao deputado federal Lincoln Portela, que, como autor, capitaneou a homenagem que será recebida pela Igreja Cristã Maranata na Câmara dos Deputados, em Brasília, no próximo dia 12, terça-feira, às 10 horas, no Plenário Ulysses Guimarães. Estamos felizes, pois, mesmo diante dos desafios por que a Igreja Cristã Maranata tem passado, temos tido em nossos amigos, em nossos irmãos o reconhecimento do trabalho que tem sido feito no transcorrer desses 45 anos.

A Igreja Cristã Maranata teve início em 1967, com um grupo de oito pessoas. O desejo desse grupo era viver a experiência que chegou ao Brasil em 1910, por meio de dois suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren. Eles saíram de Nova Iorque no navio Clemente, em 5/11/1910, e chegaram no Brasil, na cidade de Belém, no Pará, em 19/11/1910. Ali, apresentaram a experiência que viviam a cada dia: uma experiência com o Espírito Santo de Deus, algo que já se tinha visto no século XVI, com a reforma protestante, cujo nome marcante foi Martinho Lutero. A experiência do século XVI se irradiou para outros países, outros povos, outras nações e gerou, nos séculos seguintes, os grandes avivamentos, com os grandes nomes que a história registra. São homens que abdicaram de tudo para proclamar ao mundo a fé que estavam vivendo na presença do Senhor. Era uma experiência nova, com feitos extraordinários, sobrenaturais e incontestáveis da presença do Espírito Santo de Deus na vida de um povo.

Essa mesma experiência que se irradiou pelo mundo chegou ao Brasil em 1910, por meio desses irmãos, que abriram mão de sua família e de seus bens para viver a experiência maior de anunciar no Brasil, inicialmente na cidade de Belém, uma obra viva e extraordinária. De Belém, essa obra alcançou todos os estados da nossa federação. Foi algo extraordinário! Embora não compreendida por muitos, foi operada no coração de tantos outros, que entenderam que a obra de Deus é uma forma de vida. Uma forma de vida não ditada por uma estrutura organizacional, por homens ou por normas registradas em estatutos, mas ditada, sim, por uma experiência com o Espírito Santo de Deus.

Em Vitória, esse pequeno grupo de oito irmãos passou a buscar o Senhor, passou a orar a Deus, para que também eles pudessem viver essa experiência. E Deus ouviu a oração desses homens e fez com que eles tivessem a mesma experiência trazida ao nosso país por esses dois suecos. Ali, iniciou-se uma obra, que Deus passou, então, a lhes ensinar. De início, Ele nos mostrou que queria que nos atentássemos plenamente à sua palavra. E, quando nos voltamos à palavra de Deus, entendemos que a palavra nos mostra dois caminhos: o caminho daqueles que andaram e perseveraram na presença de Deus e o daqueles que, por algum motivo, andaram na presença de Deus, mas rejeitaram-na.

Ali, o Senhor nos mostrou a vida de Davi e a vida de Saul. Davi falhou, mas encontrou, em Deus, a misericórdia. Foi uno o caminho de Davi. O caminho de Saul, que também foi usado por Deus, teve um destino, um fim, longe da presença de Deus. Mas por opção própria. O Senhor Deus começou a mostrar, então, que o ponto que diferenciou a vida de Davi da vida de Saul foi a obediência: a obediência à voz de Deus, à ação do Espírito Santo.

E, a partir de então, aquele pequeno grupo começou a buscar Deus ainda mais intensamente; começou a buscar Deus através de consagrações e jejuns que muitos faziam por três dias consecutivos, todas as semanas, 72 horas, sem água, sem suco, para que Deus pudesse falar. E, pela sua misericórdia, Deus começou a falar. Deus começou a operar não em razão da condição das pessoas que estavam ali, condição econômica, social e cultural, porque Deus não está vendo isso, mas sim por um coração desejoso de ouvir sua voz e obedecer a seu Espírito Santo.

Foi no dia 31/10/1968 que tivemos o primeiro registro da Igreja Maranata, exatamente hoje completando seus 45 anos. A igreja cresceu, multiplicou-se. A igreja vem se multiplicando, cidade por cidade, estado por estado, e tivemos a grande felicidade de estar presente em todos os entes da Federação. Chegou o ponto em que Deus nos levou a experiência ao exterior: primeiramente a Portugal, depois aos Estados Unidos, ao Canadá e a outros países da Europa. Recentemente conseguimos fazer intercâmbios com igrejas de todo o leste europeu, para nós uma experiência única, porque aprendemos muito e muito com os nossos irmãos do leste europeu. Aos irmãos das igrejas subterrâneas, aos irmãos que foram presos por falarem que amam Jesus, que o têm como salvador, passamos a nossa experiência, mas também fomos enriquecidos com a experiência deles.

Chegamos à África, um continente, como todos sabemos, um tanto quanto sofrido, explorado, envolvido até mesmo com magia negra. Ali Deus nos abriu a porta, e, de país em país, temos alcançado também esse intercâmbio de missionários com vários países e tido a alegria de ter as igrejas, os nossos pastores e os nossos irmãos, às vezes, em propriedades muito simples, mas o que não podemos negar é que o mesmo Espírito Santo tem operado gloriosamente na vida dos nossos irmãos.

Portanto, meus queridos, a verdadeira igreja do Senhor Jesus não está vinculada a uma denominação, porque, quando o Senhor Jesus veio e apresentou o seu ministério, ele não apresentou uma denominação. Logicamente as denominações são necessárias para atender a um aspecto legal, jurídico, que a sociedade exige, mas a verdadeira igreja fiel do Senhor, quer no passado, iniciada pelos nossos irmãos da igreja primitiva e apostólica, aquela que veio durante séculos, que passou pelo martírio das arenas, das cruzes e das



fogueiras, que abdicaram da vida por amor a Cristo Jesus, quer a igreja atual, quer a igreja futura, é composta por todos aqueles que confessam o Senhor Jesus como seu único e suficiente salvador.

Aqui estamos felizes porque sabemos que nesta noite não há o nome de um homem, ainda que tenha sido citado o meu nome e o nome do pastor Leonídio. Por uma questão de protocolo e deferência da Mesa sabemos que o verdadeiro nome que merece toda a homenagem, toda a honra, toda a glória e todo o poder, o nome que está sobre todo nome, é o nome glorioso do nosso senhor e salvador Jesus Cristo. Glórias a Deus, bendito seja o nome do Senhor.

Para encerrar, não posso deixar de agradecer de forma especial ao deputado Anselmo José Domingos, nosso amigo e companheiro que tem nos socorrido sempre que vamos a ele com os pedidos, às vezes dos irmãos necessitados. Nosso querido deputado, autor da proposta que possibilitou que esta noite a igreja aqui seja homenageada, irmão, amigo que tem sido sempre presente na vida da igreja, isso nos alegra. Essa parceria tem sido muito benéfica para o nosso povo. Não é do conhecimento de muitos, mas às vezes ligo para o deputado Anselmo José Domingos e digo: “Anselmo, preciso de socorro, tem um irmão na fila de um hospital”. E ele começa a articular. O mesmo é feito com o Marcelo, com nosso querido vereador Elvis. O deputado Lincoln, então, quando vê meu nome diz: “Lá vem problema”. É mais um querido que nos ajuda.

Por isso, nós aqui também, como igreja, queremos, de forma especial, fazer nosso agradecimento ao deputado Anselmo José Domingos por essa parceria, por essa amizade, por esse carinho que ele tem dispensado a todos nós. Mas também quero estender essa homenagem ao Wanderley, ao Marcelo, ao Leonardo Portela, ao deputado Ivair Nogueira - nos reencontramos depois das evangelizações no Poliesportivo de Betim, ele participou de várias, em quase todas esteve lá - e ao deputado Lincoln Portela, um amigo de anos. Vocês não sabem o que ele tem feito pela Igreja Cristã Maranata, principalmente neste momento de grandes embates ele tem estado à frente conosco. Mas à frente de nós está o Espírito Santo de Deus.

Não poderia deixar de mencionar aqui também o Elvis, autor de um livro que fala da sua história. Ele fala do monturo para o meio dos príncipes, fala da experiência, da vida. Acabo de pedir que ele mande pelo menos 150 livros para distribuímos para os pastores lerem, porque é um livro que transmite uma história de vida, mas acima de tudo o poder do Espírito Santo na transformação do homem.

Por isso, a todos os meus irmãos, a todas as autoridades o agradecimento em meu nome, em nome do pastor Leonídio, nosso coordenador, em nome da Igreja Cristã Maranata, Presbitério Espírito Santense, das igrejas no Brasil e no exterior. Agradecemos, em especial, ao deputado Anselmo José Domingos, nosso querido amigo, por esta honrosa homenagem pelos 45 anos da fundação da igreja. A todos o nosso muito obrigado.

### **Palavras do Presidente**

Cumprimento meu caro amigo pastor Marco Antônio Picone Soares, aqui representando a Igreja Cristã Maranata; pastor Leonídio Mathias Doehler; Exmo. Sr. Léo Portela, subsecretário de Estado de Casa Civil, neste ato representando o Sr. Antonio Augusto Anastasia, governador do Estado de Minas Gerais; meu amigo Lincoln Portela, nosso eterno deputado federal; Exmo. Sr. Wanderley Porto, secretário municipal de Administração Regional do Barreiro de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; Exmos. Srs. Marcelo Álvaro Antônio, Juliano Lopes Lobato e Elvis Côrtes, vereadores de Belo Horizonte; Exmo. Sr. deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Quero ressaltar aqui, meu amigo deputado Anselmo José Domingos, o grande parlamentar que V. Exa. é e que chegou a esta Casa depois de passar pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Hoje temos a oportunidade de participar desta reunião para homenagear a Igreja Cristã Maranata, uma das belas reuniões com presenças marcantes. V. Exa. foi muito feliz, deputado Anselmo José Domingos. Pastor Marco Antônio, pastor Leonídio, nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro, manda um abraço especial a vocês. Ele não pôde comparecer e me incumbiu da missão de representá-lo nesta noite. Ele gostaria muito de estar aqui pra dar um abraço especial em cada um de vocês.

Sou de Betim e acompanho de perto o trabalho da Igreja Cristã Maranata. É um trabalho sério, são igrejas que realmente têm o compromisso de levar a palavra do Senhor. Tive oportunidade, como o pastor Marco Antônio disse anteriormente, de participar de um grande encontro das Igrejas Maranata no Polo Esportivo de Betim. Naquele dia, a minha admiração pelo pastor Marco Antônio foi ainda maior, porque pude ter a felicidade de ouvir uma bela palavra, que nos deu muita tranquilidade e muita paz.

Além disso, todo mês de dezembro, nós, este deputado e demais autoridades de Betim, somos convidados para comparecer à Igreja Maranata de Betim para receber as orações, que são fundamentais. Oração é importante para todo mundo, mas principalmente para nós políticos que vivenciamos momentos de grandes dificuldades. Há vários anos, recebemos o convite dos pastores da Igreja Maranata de Betim e estamos sempre presentes, com muita honra e muito orgulho. Então recebam os nossos agradecimentos.

Esta merecida homenagem à Igreja Cristã Maranata é extensiva a todos os seus pastores e irmãos que, ao longo desses anos, vêm, por meio da fé e da realização de importante trabalho social, contribuindo para o desenvolvimento de Minas Gerais. Essa igreja foi fundada em 1968, no Município de Vila Velha, no Espírito Santo, no bojo de um movimento iniciado no ano anterior por fiéis de várias igrejas evangélicas por um avivamento do culto. Essa busca por um arrebatamento espiritual é sintetizada pelo seu nome, Maranata, termo bíblico que significa “o Senhor Jesus vem” e expressa a crença de cada irmão no retorno do filho de Deus. A primeira grande reunião das Igrejas Cristãs Maranata ocorreu em abril de 1976, na cidade de Vitória. O evento reuniu 35 mil pessoas no Estádio da Desportiva Ferroviária, no Bairro São Torquato, mostrando que a instituição, apesar de seu pouco tempo de existência, já mobilizava fiéis em todo o País.

Firme em seu objetivo de pregar o evangelho, trabalhar pela formação espiritual da humanidade e realizar obras beneficentes, a igreja tinha, em 2012, cerca de 900 mil fiéis. Embora a sede continue em Vila Velha, sua cidade de origem, a instituição tem hoje 5 mil templos espalhados por todo o Brasil. Além disso, mantém estreitos laços com Igrejas Cristãs Maranata de outros países das Américas, bem como da Europa, Ásia e África.



Em 2013, aconteceu a terceira grande reunião, desta vez na capital mineira, congregando, no Mineirão, 125 mil pessoas. O evento, voltado à celebração do aniversário da instituição, foi transmitido para 97 países, contando com tradução simultânea em cinco idiomas. O crescimento da igreja pode ser notado também nas benfeitorias realizadas no centro de divulgação localizado em uma fazenda no Município de Domingos Martins, denominado *Maanain*. O centro, que abriga seminários e outros eventos da igreja, tinha estrutura modesta na época de sua fundação. Hoje recebe quinzenalmente cerca de 4 mil pessoas, que se hospedam em alojamentos confortáveis. Dispõe ainda de três igrejas, a maior com capacidade para abrigar 2.500 pessoas sentadas.

Além de zelar pela vida espiritual dos fiéis, a Igreja Cristã Maranata desenvolve relevante trabalho social, zelando pela integração do idoso e do deficiente, pela valorização da família e pelo cuidado com a criança e o adolescente. Merecem destaque as atividades voltadas para surdos, iniciadas em Petrópolis, em 2001. Na época, membros da igreja começaram a ministrar aulas de história bíblica e a pregar para deficientes auditivos, permitindo que adquirissem conhecimentos sobre a Bíblia, a que, até então, não tinham acesso. A iniciativa foi tão exitosa que, em 2005, foi realizada a primeira reunião de intérpretes de língua brasileira de sinais - Libras -, da qual participaram fiéis dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Em 2007, com o intuito de formar intérpretes dentro dos próprios quadros da igreja, tiveram início turmas de aprendizagem de Libras em vários templos. O resultado foi uma inédita integração dos surdos à comunidade de fiéis. Um bom exemplo é a pequena Samara, menina que, apesar da deficiência auditiva, conseguiu aprender a tocar violino, graças ao esforço e à dedicação da violinista da Igreja Cristã Maranata de Santa Mônica, Guarapari.

A Igreja Cristã Maranata, lugar de acolhimento para todos que precisam de fé, de ajuda e de esperança, merece a homenagem do Legislativo mineiro por essa belíssima trajetória. Muito obrigado a todos.

### **Apresentação Musical**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Grupo de Louvor Igreja Cristã Maranata BH, que apresentará os hinos *Castelo Forte*, letra e música de Martinho Lutero, com tradução de Jacob Eduardo Von Rhafe e adaptação de Débora Giestas Fernandes, e *Vem, Jesus Cristo Já Vem*, de Jorgemar Souza Madeira.

- Procede-se à apresentação musical.

### **Palavras do Sr. Léo Portela**

Amados irmãos, a graça e a paz do Nosso Senhor Jesus! Na pessoa do nosso pastor Marcos Picone, integrante da Mesa, e na pessoa do deputado Anselmo José Domingos, saúdo as demais autoridades. Irmãs e irmãos, quis o Senhor Jesus que esta homenagem à Maranata fosse no mesmo dia da reforma protestante, 31 de outubro. Lembrando da nossa gênese de cristãos reformados que somos, lembramos dos *cinco solas* de Martinho Lutero: *sola scriptura, sola gratia, sola christus, soli Deo gloria, sola fide*.

Meus irmãos, Maranata é uma igreja protestante, e, como protestantes que somos, não cessamos o nosso protesto. Maranata hoje protesta como uma igreja relevante no cenário social contra os moribundos e contra os que estão morrendo desenganados nos hospitais, porque Maranata não se conforma com que eles morram sem ouvir a palavra do Senhor Jesus. Maranata protesta contra aqueles jogados no sistema penitenciário, que, às escuridões, com o mundo de costas viradas para eles, morrem nas cadeias sem conhecer a palavra, a mensagem da cruz e a verdade que liberta. Maranata protesta porque não se conforma em ver os idosos, os órfãos e as viúvas abandonados pela sociedade. Maranata é uma igreja que cumpre o "Ide!" em missão integral, porque não apenas prega o evangelho, mas transforma a comunidade, transforma vidas com ação social e amplia o nosso poder no Estado porque chega aonde não conseguimos chegar. Maranata toca a alma das pessoas com a mensagem da verdade que liberta.

Meus irmãos, que neste dia de celebração não esqueçamos as nossas origens protestantes de cristãos reformados e continuemos protestando contra a injustiça deste mundo que nos odeia. Como diz a palavra de Deus, continuemos protestando até que a mensagem da cruz alcance cada homem e cada mulher de Minas Gerais, do Brasil e do mundo até a volta do Senhor Jesus. E que essa volta seja breve. Maranata ora. Vem, Senhor Jesus! Maranata ora. Vem, Senhor Jesus!

O presidente - Queremos agradecer aos homenageados a presença. Agradeço ao pastor Marco Antônio Soares; ao pastor Leonídio Mathias; ao nosso amigo deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento, aos vereadores, às demais autoridades presentes, a todos os pastores e a cada um de vocês que veio honrar, nesta noite de homenagem, a Igreja Cristã Maranata.

### **Encerramento**

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 4 de novembro, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/10/2013**

### **Presidência do Deputado Dinis Pinheiro**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos do deputado Gilberto Abramo (2); deferimento do requerimento de retirada de tramitação - Questão de ordem - Requerimento do deputado Zé Maia; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação do requerimento - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 777/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda; aprovação; leitura da Emenda nº 1; questão de ordem; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno; Declaração de Voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 -



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.968/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.405/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.621/2012; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.720/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013; requerimento do deputado Gilberto Abramo; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.454/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012; apresentação das Emendas nºs 3 e 4; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; votação nominal da Emenda nº 3; aprovação; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; deferimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; leitura e votação nominal da Emenda nº 2; aprovação - Declaração de Voto - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.352/2013; requerimento do deputado Gilberto Abramo; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.651/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.841/2013; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; renovação da votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2013; aprovação com a Emenda nº 1 - Declarações de Voto - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

### **Abertura**

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Suspensão da Reunião**

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Gilberto Abramo em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.040/2013 seja apreciado em segundo lugar.

O deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, solicito que esse requerimento não seja colocado em votação, uma vez que já existe acordo com a própria categoria para que amanhã, na parte da tarde, ele entre em votação. Então, retiro esse requerimento.

O presidente - É regimental. O pedido de V. Exa. é ordem.

### **Questão de Ordem**

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, quero só registrar nossa indignação com um fato ocorrido hoje, a publicação de uma matéria no jornal *Hoje em Dia*, uma matéria sem nenhuma base legal, sem nenhum dado, feita sem se ouvir nenhuma fonte. Ela teve um único objetivo: denegrir a imagem do prefeito de Manga e também da cidade. Quero deixar registrada minha indignação como filho da cidade de Manga, que tem meu irmão como prefeito. Essa matéria veio denegrir a cidade em todos os sentidos. Primeiro, disseram que a cidade é a mais pobre de Minas. Aliás, diminuíram a cidade em 300 posições no *ranking* do IDH, cometendo uma grande inverdade. Depois, disseram que o gabinete do prefeito tinha 341 funcionários lotados, quando não existe nenhum. Ainda disseram que há contratações de parentes, o que também não acontece. A não ser dois cargos de secretários, não existe nenhum parente do prefeito na prefeitura. Mais do que isso: essa reportagem tem o fim político de atacar minha honra porque, ao falarem mal





de meu irmão, atingem a pessoa deste deputado. Então, quero deixar registrada a indignação minha, da população de Manga e da administração local, e colocar à disposição dessa jornalista e do jornal *Hoje em Dia* todas as contas da prefeitura. A Prefeitura de Manga não deve nada a ninguém, nunca cometeu nem comete nenhum ato de ilegalidade. As nossas contas estão abertas para qualquer órgão de imprensa. A Prefeitura de Manga cumpre a lei da transparência, publicando todos os seus atos no site da prefeitura dia a dia, e não tem nada a esconder de nenhum cidadão, muito menos de membros do Ministério Público que querem se promover à custa de pessoas sérias. Por isso quero deixar a indignação do prefeito de Manga, Anastácio Guedes, e minha, e dizer tanto ao Ministério Público quanto a qualquer órgão de imprensa que estão em uma missão com outros interesses, que a Prefeitura de Manga não tem nada a esconder, nunca cometeu nenhum ato de ilegalidade, não faz coisa errada nem deixa fazer coisa errada. Estou à disposição dessa jornalista que, de forma sorrateira e covarde, publicou uma matéria mentirosa e irresponsável, sem nem sequer ligar ao prefeito da cidade e saber a versão do município, sem me ouvir, porque fui citado na matéria de forma irresponsável; por isso quero registrar aqui minha indignação. Essa matéria trata de pessoas sérias, chama a nossa secretária de educação de ficha-suja, mas ela não responde a nenhum processo, nem de primeira instância. Portanto, essa jornalista do jornal *Hoje em Dia* cometeu um erro gravíssimo, ao atacar a honra de pessoas sérias, competentes e comprometidas com o desenvolvimento do povo de Manga e região. Se o objetivo era atingir este deputado, a minha vida também é um livro aberto, o meu gabinete, as minhas ações, e estou pronto para debater qualquer assunto com qualquer órgão de imprensa ou membro do Ministério Público. O que não aceitamos é ser atacados de forma tão irresponsável em matéria difamatória contra pessoas sérias. Quero registrar a indignação deste parlamentar, que vem aqui colocar o mandato à disposição de todos, do Ministério Público, de todos os órgãos de imprensa. Sei que tem lado, que em Minas a imprensa, vergonhosamente, trabalha durante todo o seu tempo para defender um projeto, atacando o projeto do governo federal, e agora resolve atacar um parlamentar que não tem nenhum processo, nenhuma condenação. Muito menos meu irmão, que é prefeito de Manga, que nunca fez nem nunca fará coisa errada. A nossa administração está lá de portas abertas para qualquer órgão de imprensa, principalmente para os promotores de plantão, inclusive esses que querem aparecer de qualquer forma. Estamos lá de portas abertas. Em Manga não se comete nenhum ato ilícito; por isso, quero registrar aqui minha indignação com essa matéria irresponsável, publicada na edição de hoje do jornal *Hoje em Dia*.

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Zé Maia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei Complementar n°s 30/2012 e 37/2013 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar n° 41/2013, do governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda n° 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda n° 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto do na forma do Substitutivo n° 1, que apresentou, e pela rejeição da Emenda n° 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda n° 2, incorporada ao Substitutivo n° 3, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo n° 2. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei Complementar n° 41/2013. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo n° 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo n° 2, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo n° 2.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo n° 2. Com a aprovação do Substitutivo n° 2, fica prejudicado o Substitutivo n° 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n° 1.789/2011 na forma do Substitutivo n° 2. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 777/2011, do deputado Carlin Moura, que dispõe sobre reserva de vaga para afro-brasileiros em peça publicitária de órgão das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor



Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

- Registra "não" o deputado:

Carlos Henrique.

O presidente - Votaram "sim" 49 deputados. Votou "não" 1 deputado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 777/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Anselmo José Domingos, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Emenda nº 1. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da emenda.

O secretário (deputado Neider Moreira) - (- Lê a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 27/9/2013.).

### Questão de Ordem

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Minha preocupação deve-se ao fato de o tema amianto ser uma questão polêmica e já ter sido intensamente discutido aqui na Assembleia de Minas. O mau uso do amianto, inspirado ou aspirado, realmente pode causar graves lesões pulmonares, inclusive câncer de alta agressividade. Se estamos votando para proibir o amianto, se o amianto faz parte da composição da pedra sabão, que sentido há em proibirmos o amianto, se é utilizado na fabricação de telhas e de caixas d'água? Seu uso controlado é permitido, desde que se evite respirar a fibra do amianto, assim como a pedra sabão, cuja utilização é muito mais artesanal e muito mais perigosa? Como votaremos favoravelmente a essa condição de preservar sua utilização? Uma discussão mais aprofundada nos permitiria um voto mais adequado neste momento. Votarei contra essa emenda, que foge ao escopo do que votamos na primeira proposta, no núcleo do projeto.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Doutor Wilson Batista - Fred Costa - Ivair Nogueira - João Vítor Xavier.

- Registram "não" os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Henrique - Celinho do Sintrocél - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

- Registra "branco" o deputado:

Paulo Guedes.

O presidente - Votaram "sim" 8 deputados. Votaram "não" 40 deputados. Houve 1 voto em branco. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.259/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não



registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.748/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### **Declaração de Voto**

A deputada Liza Prado - Quero só agradecer os meus colegas. O meu projeto também está anexado e creio que votamos uma matéria muito importante para o povo mineiro. Agradeço ao presidente a deferência.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6/12/2007, no âmbito das repartições públicas estaduais de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 425/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 493/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão do Trabalho.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do



Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.211/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Esporte.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.968/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.405/2011, do deputado Gustavo Valadares, que obriga as lojas de telefonia a fixar em lugar visível cartaz contendo o número do telefone da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

- Registra "não" o deputado:

Duilio de Castro.

O presidente - Votaram "sim" 51 deputados. Votou "não" 1 deputado. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.405/2011 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.621/2012, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre o protocolo de segurança dos procedimentos médicos nos hospitais das redes pública e privada de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.



- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.621/2012 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.720/2013, do deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizadas no Estado, informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.720/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.900/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Justiça. A Emenda nº 3, apresentada em Plenário, foi retirada pelo autor. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.040/2013. Em votação o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação das Emendas nºs 10 e 11 e pela rejeição do Substitutivo nº 3 e das Emendas nºs 1 a 9. Vem à Mesa requerimento do deputado Gilberto



Abramo em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.189/2013. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.454/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Esta aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.454/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 54, de 13/12/1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

## EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2012

### EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

“Art (...) - Fica autorizada a criação de unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais nos Municípios de Nova Serrana, Três Marias, João Pinheiro e Paracatu”.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2013.

Sargento Rodrigues

Justificação: Cediço é que a instituição do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais possui função primordial e de significativa importância na proteção dos cidadãos e garantia da segurança pública.

Trata-se de corporação cuja principal missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos no âmbito de suas respectivas unidades federativas.

Embora o Corpo de Bombeiros Militar tenha a imagem tradicionalmente associada ao combate a incêndios, há muito tempo essa atividade deixou de ser sua única missão. Desde a década de trinta essa corporação executa uma ampla variedade de atendimentos especializados.

Contudo, não obstante tais deveres essenciais, em Minas Gerais e em todo o País, o número de comandos operacionais de bombeiros é deficitário. Segundo um estudo do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), apenas 14% dos 5.570 municípios do País têm bombeiros militares.

Em Minas Gerais, das 853 cidades, 799 não têm Corpo de Bombeiros Militar, razão pela qual se visa, primeiramente, estatuir critérios técnicos e objetivos para a definição das localidades dos Comandos Operacionais de Bombeiros que serão criados, bem como estabelecer um prazo máximo para que tal medida seja implementada, qual seja 90 dias da data da publicação desta lei.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

### EMENDA Nº 4

Dê-se ao *caput* do art. 2º da redação do vencido a seguinte redação, e acrescentem-se ao art. 20 da Lei Complementar nº 54, de 1999, a que se refere o referido art. 2º, os seguintes parágrafos:

“Art. 2º - O *caput* do art. 20 da Lei Complementar nº 54, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentados a esse artigo os seguintes parágrafos:

“Art. 20 - (...)

§ ... - As localidades dos Comandos Operacionais de Bombeiros serão definidas considerando-se os seguintes critérios técnicos:

I - população residente;

II - população pendular, assim entendida a resultante dos deslocamentos populacionais diários ou semanais;

III - tendência de elevação da população devido à imigração;

IV - dimensão territorial da localidade;



- V - arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e da Taxa de Incêndio na localidade;
- VI - existência de unidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;
- VII - peculiaridades locais que acarretem elevação de riscos à ordem pública;
- VIII - características geográficas, econômicas, industriais e evolução dos indicadores de vulnerabilidade da região;
- IX - localização na divisa de Minas Gerais com outro Estado;
- X - indicadores de segurança rodoviária e de violência no trânsito;
- XI - histórico de desastres naturais e antropogênicos.

§ ... - Os Comandos Operacionais de Bombeiros previstos no *caput* serão definidos no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta lei.”.”.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2013.

Sargento Rodrigues

Justificação: É cediço que a instituição do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais possui função primordial e de significativa importância na proteção dos cidadãos e garantia da segurança pública.

Trata-se de corporação cuja principal missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos no âmbito de suas respectivas unidades federativas.

Embora o Corpo de Bombeiros Militar tenha a imagem tradicionalmente associada ao combate a incêndios, há muito tempo essa atividade deixou de ser sua única missão. Desde a década de trinta, essa corporação executa uma ampla variedade de atendimentos especializados.

Contudo, não obstante tais deveres essenciais, em Minas Gerais e em todo o País, o número de comandos operacionais de bombeiros é deficitário. Segundo um estudo do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), apenas 14% dos 5.570 municípios do País têm bombeiros militares.

Em Minas Gerais, das 853 cidades, 799 não têm Corpo de Bombeiros Militar, razão pela qual se visa, primeiramente, estatuir critérios técnicos e objetivos para a definição das localidades dos Comandos Operacionais de Bombeiros que serão criados, bem como estabelecer um prazo máximo para que tal medida seja implementada, qual seja 90 dias da data da publicação desta lei.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os números 3 e 4, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Em votação, a Emenda nº 3.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 3. Vem à Mesa o requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 4. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquivo-se a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 30/2012 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências e a Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

## **EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2013**

### **EMENDA Nº 1**

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - Fica adotado regime especial de aposentadoria, nos termos do inciso III do § 4º do art. 36 da Constituição Estadual, para os ocupantes de cargo de provimento efetivo da carreira de Bailarino, a que se refere a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados voluntariamente, independentemente da idade, após trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, desde que contem, pelo menos, vinte anos de efetivo exercício em cargo, emprego ou função de Bailarino na administração pública estadual.

§ 2º - Os proventos do servidor aposentado na forma do § 1º deste artigo serão calculados de acordo com o disposto no § 3º do art. 36 da Constituição Estadual.”

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2013.

Vanderlei Miranda

Justificação: De acordo com laudo pericial de constatação de atividade penosa elaborado pelo Instituto Mineiro de Perícias, os bailarinos da Companhia de Dança do Palácio das Artes (Fundação Clóvis Salgado) exercem atividades sob condições especiais que prejudicam sua saúde e sua integridade física.

Com efeito, colhemos da conclusão desse laudo que “O estudo das condições ocupacionais dos bailarinos integrados ao Palácio das Artes demonstrou que todos os funcionários vêm sofrendo de patologias físicas e mentais em virtude do elevado esforço empregado nos movimentos repetitivos em modalidades lentas ou rápidas, leves ou com carga.”

Tendo em vista o disposto no inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República e no inciso III do § 4º do art. 36 da Constituição Estadual, devemos reconhecer, portanto, que essa importante categoria de servidores do Grupo de Atividades de Cultura do Poder Executivo do Estado tem direito a um regime especial de aposentadoria, adequado às peculiaridades das suas atribuições.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação da emenda proposta.

### **EMENDA Nº 2**

Dê-se ao art. 53 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, a seguinte redação:

“Art. 53 - O Fundo de Previdência de Minas Gerais - Funpemp -, instituído por esta lei, com a finalidade de prover os recursos necessários para garantir o pagamento dos benefícios concedidos na forma do art. 38 tem sua constituição e administração nos termos e condições apontados nos arts. 54 a 63, seguintes”.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2013.

Zé Maia

O presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Vanderlei Miranda, que recebeu o nº 1, e uma do deputado Zé Maia, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



O presidente - Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Votação da Emenda nº 1. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O secretário - (- Lê a Emenda nº 1, que é a publicada nesta edição.).

O presidente - Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O deputado Fred Costa - Sr. Presidente, gostaria de declarar meu voto “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 2.

O secretário - (- Lê a Emenda nº 2, que é a publicada nesta edição.).

O presidente - Em votação, a Emenda nº 2.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 37/2013 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

### **Declaração de Voto**

O deputado Vanderlei Miranda - Quero apenas agradecer o empenho da assessoria e dos colegas pela aprovação da Emenda nº 1. Embora sejam pouquíssimos servidores do Palácio das Artes - apenas nove -, já estão em uma situação muito delicada, alguns já muito acima da idade para exercer a função. Sabemos que bailarino pode ser comparado a jogador de futebol, começa muito cedo, e a carreira termina muito cedo. Lá existem nove bailarinos que não podem mais exercer a profissão e que precisavam desse regime especial, aprovado nessa emenda ao PLC nº 37. Quero só agradecer e dizer que, embora seja um número pequeno, a aprovação dessa emenda vai atender a uma necessidade e deixará muito satisfeito esse pequeno grupo. Obrigado.

O presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Vem à Mesa requerimento do deputado Gilberto Abramo em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.352/2013. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.651/2011, do deputado Luiz Henrique, que reconhece o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais como órgão consultivo oficial do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.651/2011 na forma do Substitutivo nº1. À Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.841/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Astolfo Dutra o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da



Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O deputado Lafayette de Andrada - Registre o meu voto "sim", presidente.

O deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Procede-se à votação pelo painel eletrônico.

O Presidente - Votaram apenas 35 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência a torna sem efeito e vai renová-la. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.841/2013 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiré o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O deputado Carlos Henrique - Sr. Presidente, registre meu voto "sim".

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O presidente - Votaram "sim" 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.389/2013 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

### Declarações de Voto

O deputado Doutor Wilson Batista - Sr. Presidente, queria apenas falar sobre o Projeto de Lei nº 3.621, de nossa autoria, que dispõe sobre o protocolo de segurança dos procedimentos médicos nos hospitais da rede pública e privada do Estado de Minas Gerais. Esse



projeto tem grande importância. Foi objeto de um estudo realizado no Brasil e de um outro, nos Estados Unidos, que demonstram que pelo menos 70% dos pacientes internados em hospitais sofrem algum tipo de dano, a maioria danos não letais. Infelizmente, em alguma porcentagem, um pouquinho menor, até danos letais. Esse projeto vem trazer um protocolo de segurança para os pacientes internados, principalmente em ambientes mais críticos, como unidades de tratamento intensivo, centros cirúrgicos, enfermarias cirúrgicas, para permitir que sejam tratados adequadamente, desde o momento da internação até sua alta hospitalar. São diversas as formas como o paciente pode sofrer algum dano dentro de um hospital, como medicações feitas por vias inadequadas. Às vezes, medicamentos que teriam de ser ministrados por via oral são dados de forma intravenosa. Outras vezes, doses exageradas de medicamentos, doses de adultos são administradas em crianças, em pacientes pediátricos. Outras vezes, em situações menos frequentes, mas muito mais agressivas - são manchetes de jornais e da grande mídia -, membros errados são amputados. Às vezes, o paciente teria de amputar um membro, e a cirurgia é feita em outro. Às vezes, os pacientes sofrem danos irreversíveis. Hoje, com esse projeto de segurança, podemos reduzir esses danos, que são evitáveis. No entanto, se não houver um protocolo para ser seguido rigidamente nos hospitais, não vamos diminuir esses danos assustadores - 70% dos pacientes sofrem algum dano nos hospitais. Então, fiquei muito feliz por esse projeto ter tramitado nesta Casa. Agradeço aos relatores e a todos os deputados que participaram da elaboração desse projeto, que, tenho certeza, vai salvar muitas vidas. E, quando não salvar, vai pelo menos evitar alguns danos que podem levar a sequelas irreversíveis. Sr. Presidente, muito obrigado pela aprovação desse projeto de nossa autoria.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, tivemos de adiar nossa viagem à Austrália a convite do governo daquele país. Quero deixar bem claro nesta Casa que a imprensa noticiou, fez suas colocações, mas o motivo do adiamento da nossa viagem é justamente este: votar os projetos pendentes, Sr. Presidente. Alguns órgãos, maldosamente, divulgaram as modificações noticiando essa visita, esse intercâmbio que faríamos com aquele país. Convido todos os deputados a receber nesta Casa uma delegação de parlamentares italianos na próxima terça-feira, os quais virão aqui e a órgãos do governo do Estado. Sr. Presidente, faço meu registro com muita tranquilidade, já que, para passear, passeio com minha família, no meu período de férias. Quando faço viagens por esta Casa para representar V. Exa., este Parlamento ou entidades que hoje temos condição de dirigir, é para trabalhar. É com tranquilidade que falo isso. Agora, Sr. Presidente, estamos indo para o Estádio Independência assistir ao jogo do América. Há muito tempo não acontecia o que aconteceu agora: estádio lotado, com todos os ingressos vendidos. A população mineira e os torcedores americanos estão fazendo sua parte nos jogos do América nesta reta final, com a subida para a Série A do Campeonato Brasileiro. Muito obrigado.

O presidente - Parabéns, deputado Alencar da Silveira Jr. Informo a V. Exa. que sua presença é imprescindível até o Natal, porque a pauta está muito rica, muito intensa e a Assembleia de Minas, aliás, Minas Gerais conta com sua preciosa presença. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Liza Prado.

A deputada Liza Prado - Desejo boa sorte ao deputado Alencar da Silveira Jr., cumprimento o deputado Doutor Wilson Batista pelo projeto que foi aprovado e agradeço a todos os parlamentares a aprovação de meu projeto, que trata um pouco sobre o amianto. Deputado Doutor Wilson Batista, considero esse projeto muito importante porque percebemos erros que têm tirado a vida do povo brasileiro e que poderiam ser evitados. Se houvesse esses procedimentos-padrão, se houvesse hospitais como os dos Estados Unidos, da Europa e de outros países, poderíamos salvar a vida das pessoas. Quando acontece de um paciente ter o mesmo nome de outro, às vezes uma medicação é trocada, e muitas vezes acaba morrendo. Parece brincadeira. Por exemplo, às vezes é necessário ministrar algum medicamento ou alimento na veia, mas, em vez de aplicar na veia, aplicam em outro lugar. E por aí vai. Existe um tabu médico que deveria ser debatido mais claramente, com transparência. Isso poderia salvar vidas. Aliás, apresentei um projeto nesta Casa, que está em tramitação e fala do selo de qualidade. Não basta haver recursos para a saúde só na infraestrutura: também tem de haver para a gestão. E gestão pressupõe eficiência, e eficiência pressupõe padrão de qualidade no atendimento, procedimento-padrão, de forma que você possa tratar a saúde com transparência, com organização. Deputado Doutor Wilson Batista, seu projeto é muito importante. Parabenizo-o e digo que estamos dando passos importantes com a experiência de um médico tão capaz, que, apesar de jovem, já vivenciou vários problemas. Talvez o senhor não tenha dito todos, mas percebemos que, se na cama do paciente constar seu nome e o nome da mãe - pois ele pode ter o mesmo nome de outro paciente -, pode-se evitar que o enfermeiro cometa um erro. Dois pacientes com câncer tinham de fazer transfusão de sangue, mas os recipientes foram trocados; um tinha RH negativo, e o outro, positivo. Com isso, o paciente faleceu. Como não havia o procedimento-padrão, a pessoa que foi levar o sangue para os dois trocou-o, e o paciente veio a falecer. Vidas estão sendo perdidas por não haver esses procedimentos. Parabéns, deputado Doutor Wilson Batista e Assembleia Legislativa, por inovarem e apresentarem projetos tão importantes quanto os que foram votados aqui. Esses projetos são inovadores e sérios. Não vi nenhum que virasse piada na imprensa e que ridicularizasse o Poder Legislativo. Percebo que esta Casa, além de discutir os projetos do Poder Executivo, também vota projetos parlamentares importantes, que foram discutidos com a população. Considero assim tanto o meu projeto do amianto quanto o seu, que foi votado. Esse procedimento, que será exemplo para todo o Brasil, já foi adotado por outros países. Parabéns.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, gostaria de declarar o meu apoio ao Projeto de Lei nº 3.621/2012, do ilustre deputado Doutor Wilson Batista, que estabelece o protocolo da necessidade e qualidade do atendimento, garantindo aos pacientes que, quando cheguem ao centro médico, o seu protocolo será visto e revisto a todo instante. Caso chegue para se submeter a uma determinada cirurgia, o paciente será consultado, e estará especificado qual o seu problema - por exemplo, qual perna será operada. Isso dá uma garantia e tranquilidade para quem busca o sistema de saúde para se tratar. O projeto do deputado Doutor Wilson Batista vai ao encontro de tudo que esta Casa tem feito nos últimos três anos. Aproveito para parabenizá-lo pela riqueza na apresentação da matéria. Deputado Dinis Pinheiro, a matéria que aprovamos é muito importante. Participamos juntos do pleito, na mesma coligação. O deputado Doutor Wilson Batista tem demonstrado o seu conhecimento e devoção pela medicina e tem conseguido trazer a esta Casa propostas que estão se tornando lei, de acordo com o seu trabalho, podendo contribuir para Minas Gerais com o seu conhecimento e, acima de tudo, com o seu trabalho, capacidade e humildade, o que é muito importante. Presidente, disse que o seu projeto vai ao encontro de tudo que esta Casa tem produzido com uma sintonia perfeita, pois o nosso grande maestro é V. Exa. Estamos redundando tudo que o presidente apresentou no início desta legislatura, quando afirmou que aqui é o poder e a voz do cidadão. Com essas ações,



esses procedimentos, essas leis aprovadas, a moralidade, o cuidado e zelo com os recursos públicos, esta Casa tem dado ao Brasil uma mostra de que é possível fazer política com responsabilidade. Com o presidente, deputado Dinis Pinheiro, compartilho todas essas vitórias e encaminhamentos positivos desta Casa para os mineiros, tornando-se exemplo para o Brasil.

Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, comunico aos nossos pares que, amanhã, com o deputado Doutor Wilson Batista, estaremos em Ubá, realizando uma audiência pública para o acompanhamento do PPAG na educação, com a participação popular. A audiência está marcada para as 14h30min. Desde já, gostaríamos de convidar todos de Ubá e região para participarem de mais um importante trabalho desta Casa. Discutiremos com você, cidadão mineiro, a execução orçamentária, de acordo com o que causa expectativa e com o que já se torna realidade com a efetivação dos recursos públicos sendo gastos na educação, que é uma das vertentes mais importantes e que nos proporciona, sem dúvida alguma, um horizonte infinito de ganhos e vitórias. Presidente Dinis Pinheiro, semana passada, em Campo Belo, ao lado do deputado Dimas Fabiano, fizemos uma entrega na Santa Casa daquela cidade - também é da saúde, está aqui o deputado Wilson - por meio de uma emenda do deputado Dimas Fabiano de R\$1.000.000,00. Com essa emenda, a Santa Casa de Campo Belo, que é regional, poderá iniciar os procedimentos de cirurgia de videolaparoscopia. Esse é um sistema moderno de tratamento por meio de cirurgia que engrandece muito não só Campo Belo, mas também a minha pequena e querida Cristais, Aguanil, Candeias, Cana Verde, Perdões, Camacho, Santana e São Francisco de Paula. Toda a nossa região foi premiada com essa ação que dedicamos à Santa Casa de Campo Belo. Quero mandar o meu abraço carinhoso à nossa Campo Belo e a toda a região que vai ser beneficiada com esse recurso trazido de Brasília pelo deputado Dimas Fabiano, nosso companheiro de trabalho. Ao lado dele fomos os mais votados na eleição passada na nossa região. Isso é uma resposta positiva ao nosso trabalho. Para encerrar, quero cumprimentar um casal muito simpático. Ela é muito dada ao trabalho e aos movimentos sociais. Satiko e João Fernandes são proprietários do Foto Hanazono há muitos e muitos anos e participam ativamente dos movimentos sociais. Campo Belo cresceu muito com a sua chegada. Meu abraço a todos de Campo Belo, especialmente ao João Fernandes, à Satiko e a toda a minha gente querida daquela cidade. Obrigado, presidente.

O presidente - Duarte Bechir, estamos testemunhando seu trabalho e seu empenho a favor de Minas, e em especial, de Campo Belo, que tem recepcionado obras extraordinárias, sobretudo na área da saúde. Há diversos postos de saúde, os PSs, há um investimento maciço na saúde pública de Campo Belo. Isso é uma demonstração da sua abnegação, do seu carinho e do seu compromisso com aquela cidade. Saúde pública é isto: tem de ser tratada como prioridade absoluta. Realmente Campo Belo tem recepcionado uma enormidade de recursos na área da saúde, fruto do seu trabalho, do seu empenho, da sua dedicação. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier - Presidente Dinis Pinheiro, queria fazer o registro do ato solene que houve hoje no Palácio Tiradentes. Foi um ato da maior importância para toda esta Casa. Quero destacar a citação que o governador Antonio Anastasia fez sobre o trabalho de V. Exa., presidente Dinis Pinheiro. Hoje foi assinado um convênio com a Fazenda da Esperança, que é uma das maiores organizações do mundo em trabalho social e voluntário para a recuperação de dependentes químicos. Este é talvez o maior mal da nossa sociedade: ver os nossos jovens, ver os nossos adolescentes, ver as nossas crianças destruídas pelo mundo da droga. Hoje tivemos a oportunidade de acompanhar uma solenidade em que o governador Anastasia liberou recursos para a implantação de 10 núcleos da Fazenda da Esperança em Minas Gerais. Outros 10 núcleos serão construídos pela iniciativa privada. Foi um acordo de um grupo de empresários com o governo do Estado. Esse grupo foi capitaneado pelo Estevão Bretas, que tem um trabalho excepcional de filantropia junto com sua família, com a Tuquinha. Eles fizeram uma proposta ao governador: para cada casa que o governo construísse para a recuperação de dependentes químicos, esse grupo, deputada Liza Prado, construiria mais uma casa. O governo hoje disponibilizou recursos para 10 casas, e esses empresários construirão mais 10. Quero destacar três coisas: primeiramente a minha gratidão para com esta Casa, com V. Exa., que é o nosso presidente, e em especial, com o deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Ele me deu oportunidade de ser relator do PMDI e do PPAG. Colocamos emendas no PMDI e no PPAG, há dois anos, que permitiram, pela primeira vez, à Secretaria de Saúde alocar recursos para esse tipo de trabalho de tratamento para dependentes químicos. É muito bom quando vemos a possibilidade de o nosso trabalho legislativo e parlamentar se tornar uma ação finalística para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, das pessoas que tanto precisam nessa área. Segundo, quero prestar meu agradecimento a todo o corpo técnico desta Casa, que foi fundamental para que no passado, há dois anos, e no ano passado, como relator do PMDI, do PPAG, tivesse a oportunidade de colocar essas emendas que possibilitaram esse aporte de recurso, por via da Secretaria de Saúde. Porque o que nós enxergávamos, deputado Fred Costa, era que a saúde tinha recurso para tratar o dependente químico, mas não havia espaço legal para que essa ação fosse feita. Era uma coisa ilógica para mim. A dependência química hoje não é problema apenas de segurança pública, é um problema seriíssimo de saúde pública. A partir do momento em que esta Casa alterou o PMDI, o PPAG e o orçamento do Estado, hoje o Estado, pela Secretaria de Saúde, tem condições de colocar recursos para tratamento e recuperação de dependentes químicos. Quero, por fim, referir-me à palavra do governador Antonio Anastasia hoje à tarde, de reconhecimento à Assembleia Legislativa e ao nosso presidente Dinis Pinheiro, ao falar da importância do trabalho que a Assembleia faz no combate ao uso de drogas, da prevenção ao uso de drogas e da recuperação de dependentes químicos. O governador hoje destacou a Marcha contra o *Crack*, que V. Exa tem capitaneado muito bem, presidente Dinis Pinheiro, e tem levado a tantos jovens, a tantos adolescentes, a tantas famílias, essa mensagem da importância da luta contra o uso de drogas e, principalmente, da esperança para os que precisam se tratar da dependência química. Então, expresso meu reconhecimento ao corpo técnico desta Casa, que permitiu essa mudança histórica, ao longo dos últimos dois anos, para que fossem aportados recursos da Secretaria de Saúde para o tratamento de dependentes químicos. Meu agradecimento ao deputado Dinis Pinheiro, presidente da Casa, e ao deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, por me possibilitarem trabalhar como relator do PMDI, do PPAG para que essa vertente fosse possível de ser construída. Meus cumprimentos a todo o grupo ligado ao projeto Fazenda da Esperança, a todos os seus voluntários - 70%, presidente, são ex-dependentes químicos que se recuperaram em outras Fazendas da Esperança e hoje dão testemunho de fé, de salvação, de volta por cima e colocam seu tempo à disposição para salvar outras pessoas e outras famílias. Minha gratidão ao governador Anastasia por ter acreditado e colocado esses



expressivos recursos para tal projeto. E meus cumprimentos também ao senhor, por estar liderando esse trabalho histórico nesta Assembleia Legislativa, colocando-a na rua, ao lado da escola, ao lado da sociedade, nesta que já é uma das maiores movimentações sociais de Minas, a Marcha contra o *Crack*. Muito obrigado, presidente.

O presidente - É gratificante podermos partilhar esse momento histórico. Afirmo mais uma vez a sensibilidade do governo de Minas, tão bem conduzido pelo Prof. Anastasia, demonstrando de forma muito límpida esse compromisso, esse compromisso duro para enfrentar e superar esse grande malefício da sociedade contemporânea. A Assembleia saiu à frente. Ela tem discutido e tem agora, de forma inédita, em nível de parlamento, um palco permanente de discussão. Num primeiro momento, era uma comissão especial, por conseguinte a Comissão de Enfrentamento do Uso do Crack, hoje presidida de forma brilhante pelo deputado Vanderlei Miranda. Já promovemos duas caminhadas realmente memoráveis, ano passado e este ano. Foi uma participação muito bonita, muito bonita mesmo, de emocionar o coração do mineiro, com a participação dos jovens, dos professores, do setor médico, de toda a sociedade, da Igreja, de todas as instituições.

Este ano, aproximadamente 30 mil pessoas vieram às ruas para despertar, mais do que nunca, a consciência do engajamento de toda a sociedade para que a gente possa enfrentar e superar essa dor provocada pelo *crack*, que dilacera, que sepulta sonhos e amores.

Quero parabenizar o governador Anastasia por cada dia mais demonstrar seu compromisso com essa causa. A Assembleia de Minas não poderia ter comportamento diferente. Ela abriu, de verdade, uma verdadeira guerra contra o uso do *crack*, pensando, claro, no bem-estar, numa vida plena, na dignidade e numa vida cristã, sobretudo dos jovens. Essa é a garantia maior: partilhando essa jornada, a Assembleia de Minas, o governo de Minas, todos os atores, haveremos de garantir às gerações vindouras uma colheita de paz, uma colheita de fraternidade. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa - Sr. Presidente, nobres pares, senhoras e senhores, assim como o deputado João Vítor Xavier, que me antecedeu, quero registrar esta noite em que aprovamos projetos de lei de autoria de diversos parlamentares com o objetivo de contribuir para a melhora da qualidade de vida dos cidadãos mineiros. Amanhã teremos um projeto de minha autoria que trata de área a ser destinada a Piedade de Ponte Nova, para que seja desenvolvido um vasto trabalho pela Secretaria de Assistência Social. Como ele bem disse, esta Casa, da qual me orgulho de fazer parte, liderada por V. Exa., faz um trabalho de destaque em diversas áreas de políticas públicas. Citaram aqui a luta contra o *crack*, que infelizmente vem vitimando diretamente centenas de pessoas e prejudicando demasiadamente a instituição família. Poderia citar outros trabalhos de destaque, como aqueles da deputada Liza Prado, que apoia de forma irrestrita e incondicional os deficientes físicos. Também tivemos o recolhimento de assinaturas para buscar mais investimentos para a saúde, sob a liderança do nosso presidente e com a participação do deputado Mosconi. Enfim, são inúmeros os projetos importantes, mas quero me ater à questão dos idosos. Venho trabalhando muito, com a participação de outros parlamentares e com o apoio de V. Exa. Finalmente, no final da última semana, eu, o senhor, as deputadas Liza Prado e Rosângela Reis e outros parlamentares que participam do trabalho em defesa dos idosos tivemos a grata notícia de que a partir da nossa luta e dos movimentos de luta pró-idoso e diversas outras entidades, os idosos terão o cartão *master*, que lhes possibilitará transpor a roleta dos ônibus. Logo, o transporte público será oferecido de forma mais digna e humana em Belo Horizonte e em 52 municípios, ou seja, em praticamente todo o raio da região metropolitana. Estaremos atentos para que os prazos sejam cumpridos, de forma que em janeiro possa iniciar-se o cadastramento dos idosos e em fevereiro o processo já esteja sendo operado. Assim como conseguimos na Capital o Cartão BHBUS, que permitiu aos idosos transporem a roleta, conseguimos também esse benefício na região metropolitana. Agradeço ao presidente Rubens Lessa, que nos atendeu e firmou esse compromisso, e também a todos os deputados que participaram. Vencemos uma etapa e vamos continuar atentos, pois temos a função precípua de fiscalizar os atos do Executivo. Contamos com o apoio incondicional, irrestrito e fundamental do governador do Estado para que em fevereiro os idosos da região metropolitana sejam atendidos dignamente. A deputada Liza Prado me lembra, e continuaremos cobrando o transporte público intermunicipal. É inadmissível que entre os 27 estados da Federação, incluindo o Distrito Federal, apenas 7 ainda não estejam praticando esse direito dos idosos, no momento em que o Estatuto do Idoso completa uma década. Minas está prestando um desserviço aos idosos, que tanto fazem e fizeram por nós, mas, infelizmente, sequer têm seus proventos, sua aposentadoria acompanhando a inflação, passando por dificuldades inevitavelmente. É o mínimo e é dever desta Casa continuar cobrando. Vamos continuar nos esmerando, esbravejando, sendo a voz dos idosos para conseguirmos o transporte intermunicipal dentro dos 853 municípios de Minas Gerais. Se hoje eles próprios nos dizem que há uma ociosidade em 40% dos assentos, é inadmissível que dois deles não possam ser disponibilizados para os idosos. Já fizemos compromisso, e eu, juntamente com os deputados Dinis Pinheiro e Liza Prado, estamos apresentando uma emenda para viabilizar e permitir a efetividade desse direito dos idosos, que, infelizmente, não está sendo cumprido. Em defesa dos idosos vamos continuar aqui. Não vamos nos calar e defendemos, sim, um transporte gratuito e de qualidade para os idosos.

### **Encerramento**

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de amanhã, dia 30, às 9 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 30, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/10/2013**

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Sebastião Costa, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as circunstâncias que envolvem a adoção da menor M. E., realizada pelo Sr. Valbio Messias da Silva e pela Sra. Liamar Dias de Almeida. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Suzana Sofia Moeller Schettini, presidente da Associação Nacional



dos Grupos de Apoio à Adoção; Isabella Carolina Filareti, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Mariana Tonussi, advogada dos pais adotivos da menor M. E.; e o Sr. Valbio Messias Silva, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (12) em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral e à Corregedoria-Geral da PMMG pedido de providências para a apuração de denúncia de ameaças que teriam sido praticadas pelo policial Luiz Fernando, do 39º Batalhão de Polícia Militar, e sua equipe, contra os moradores da Vila PTO; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.102/2013, de sua autoria, que institui o sistema estadual de prevenção da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; seja realizada reunião para o lançamento do livro *Holocausto brasileiro* - vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil, de Daniela Arbex; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das famílias que ocupam a Fazenda Marobá, em Almenara, as possíveis violações de direitos humanos e a iminência de conflitos fundiários na região; sejam encaminhados ao juiz titular da Vara da Infância e Adolescência e ao promotor da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Contagem as notas taquigráficas desta reunião; cópia do *e-mail* enviado pela diretora da Associação Beneficente Lar Efatá ao pai adotivo da menor M. E. e pedido de providências para a apuração de possíveis irregularidades nessa associação e a avaliação da possibilidade de intervenção nessa entidade em face de denúncias formuladas nesta reunião; sejam encaminhadas aos Srs. José Tarcízio de Almeida Melo, 1º-vice-presidente do Tribunal de Justiça, e Belizário de Lacerda, desembargador da 7ª Câmara Civil dessa corte, bem como aos demais desembargadores dessa câmara, as notas taquigráficas desta reunião e cópia dos vídeos nela exibidos; seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a agilização da apuração do crime de estupro que teria sido praticado por José Maria de Jesus contra a menor M. E. F. A., filha de Nagyla Cristina Ferreira, a qual está em curso na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; seja encaminhado à Sra. Iara Camargos, delegada da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, pedido de providências para a agilização do inquérito sobre o crime de estupro que teria sido praticado por José Maria de Jesus contra a menor M. E. F. A., filha de Nagyla Cristina Ferreira; seja encaminhado ao Sr. Celso Pereira Júnior, promotor de justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, pedido de providências junto à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente a fim de agilizar a tramitação do inquérito sobre o crime de estupro que teria sido praticado por José Maria de Jesus contra a menor M. E. F. A., filha de Nagyla Cristina Ferreira; seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pedido de providências para a averiguação dos motivos da demora na tramitação do inquérito sobre o crime de estupro que teria sido praticado por José Maria de Jesus contra a menor M. E. F. A.; sejam encaminhadas à Secretaria de Defesa Social e ao Comando-Geral da PMMG as notas taquigráficas desta reunião e cópia dos vídeos nela exibidos, para conhecimento das denúncias nela recebidas sobre a suposta falsidade de declarações do policial reformado Ney Camilo; e sejam encaminhados à Corregedoria-Geral da PMMG as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para a apuração da suposta falsidade de declarações do policial reformado Ney Camilo; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das ocupações de terrenos urbanos e áreas de transferência compulsória na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a forma desrespeitosa com que o Sr. Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves, teria tratado policiais militares durante audiências e a discriminação que teria praticado contra os moradores desse município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Rogério Correia - Sebastião Costa - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 5/11/2013

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

## **2ª Fase** **(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8 de julho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 10 e 11 e pela rejeição do Substitutivo nº 3 e das Emendas nºs 1 a 9.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta o art. 244 - A ao texto da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 615/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 690/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os municípios do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 732/2011, do deputado Antônio Carlos Arantes, que institui o Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes e Desastres Naturais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.176/2011, do deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a comercialização e distribuição de canudos plásticos para consumo de bebidas e outros alimentos líquidos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.580/2011, do deputado Pompílio Canavez, que institui no âmbito do Estado políticas públicas de equidade de gênero, objetivando coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalhos urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.704/2013, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas do Estado informando sobre a proibição da venda de bilhetes lotéricos e equivalentes a crianças e adolescentes e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.977/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.978/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.038/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.039/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palma o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.108/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.066/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nos 1 a 8, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Cultura, e pela rejeição das Emendas nos 1 a 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.365/2012, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piedade de Ponte Nova o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/11/2013**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/11/2013**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.556/2012, do deputado Alencar da Silveira Jr., e Projetos de Lei nºs 4.442 e 4.443/2013, do governador do Estado; 1.077/2011, do deputado Leonardo Moreira; 1.619/2011, da deputada Rosângela Reis; 2.889/2012, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.357/2012, da deputada Liza Prado; 4.167/2013, do deputado Arlen Santiago; 4.427/2013, do governador do Estado; 4.434/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.449/2013, do governador do Estado; e 4.506/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.591/2013, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e 4.604, 4.605 e 4.615/2013, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de proposições da comissão.





**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Debate, com convidados, sobre gastronomia e economia criativa e seus impactos no setor turístico.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.513/2013, do deputado Neilando Pimenta.

Requerimentos nºs 5.990/2013, do deputado Rômulo Veneroso; e 6.054/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 5/11/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.036/2013, do deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da comissão.



## ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/11/2013

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre a proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014, no âmbito da rede de atenção à saúde, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 5/11/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta o art. 244 - A ao texto da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 615/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural no âmbito do Estado de Minas Gerais; 690/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do selo verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os municípios no âmbito do Estado de Minas Gerais; 732/2011, do deputado Antônio Carlos Arantes, que institui o Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes e Desastres Naturais; 1.066/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências; 2.176/2011, do deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências; 2.504/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a comercialização e a distribuição de canudos plásticos para consumo de bebidas e outros alimentos líquidos; 2.580/2011, do deputado Pompílio Canavez, que institui no âmbito do Estado políticas públicas de equidade de gênero, objetivando coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalhos urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e dá outras providências; 3.365/2012, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piedade de Ponte Nova o imóvel que especifica; 3.704/2013, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas do Estado informando sobre a proibição da venda de bilhetes lotéricos e equivalentes a crianças e adolescentes e dá outras providências; 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.977/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica; 3.978/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica; 4.037/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica; 4.038/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica; 4.039/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palma o imóvel que especifica; 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 4.108/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que especifica; 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso; e 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar a revisão do PPAG 2012-2015, exercício 2014, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.



Adalclever Lopes, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.845**

Nos termos regimentais, convoco os deputados André Quintão, Paulo Guedes, Rômulo Veneroso e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, presidente *ad hoc*.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de realizar a revisão do PPAG 2012-2015, exercício 2014, no âmbito da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/11/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a destinação do casarão da Fhemig situado na Rua Manaus, 348, Santa Efigênia - Belo Horizonte -, por solicitação do espaço Comum Luiz Estrela.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

André Quintão, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 8/11/2013, às 8 horas, na Câmara Municipal de São João das Missões, com a finalidade de debater, em audiência pública, ataques e ameaças de morte sofridos pelos índios Xacriabás, conforme noticiado pela imprensa, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 8/11/2013, às 14 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de debater a falta de repasse de verbas da prefeitura à Santa Casa de Montes Claros e aos demais hospitais municipais e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.268/2011

#### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela declara de utilidade pública a Associação Beneficente Maria Pequena - ABMP -, com sede no Município de Poço Fundo.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.268/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Maria Pequena - ABMP -, com sede no Município de Poço Fundo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prestação de serviços e atendimentos gratuitos e permanentes a qualquer pessoa no campo social, por meio da execução de projetos e atividades culturais, esportivos e profissionalizantes. Além disso, desenvolve ações de promoção da saúde, manutenção de leitos, serviços hospitalares e outras atividades afins.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela ABMP em prol dos menos favorecidos do Município de Poço Fundo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.268/2011, em turno único, na forma originalmente apresentada.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Celinho do Sinttrocel, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.002/2012**

#### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar Espírita Pai Chico de Aruanda, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.002/2012 pretende declarar de utilidade pública o Lar Espírita Pai Chico de Aruanda, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção de ações de humanização, responsabilidade e assistência social.

Com esse propósito, a instituição prioriza o atendimento a crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência e apoia as entidades e os movimentos locais, contribuindo para as áreas social e cultural do município e da região. Realiza também ações sociais, palestras, cursos, treinamentos e oficinas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Lar Espírita Pai Chico de Aruanda no Município de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.002/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Bosco, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.494/2012**

#### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

##### **Relatório**

De autoria do deputado João Leite, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Leonardo Fernandes Franco, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a" do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.494/2012 visa declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Leonardo Fernandes Franco, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo o amparo à infância.

Com esse propósito, a instituição propicia condições de abrigo, alimentação, educação, assistência médica, odontológica e social a crianças em situação de vulnerabilidade.

Considerando o importante trabalho social desenvolvido em Santa Luzia pela Creche Comunitária Leonardo Fernandes Franco, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.494/2012, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Rosângela Reis, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.581/2012**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social** **Relatório**

De autoria do deputado Fábio Cherem, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a instituição Obras Sociais Água Viva, com sede no Município de Ritópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.581/2012 pretende declarar de utilidade pública a instituição Obras Sociais Água Viva, com sede no Município de Ritópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do bem-estar da população de baixa renda e daqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve programas de geração de emprego; constrói moradias de baixo custo; trabalha na prevenção do uso de drogas, da violência, da prostituição infanto-juvenil; e oferece cursos de aperfeiçoamento para facilitar o acesso ao mercado profissional.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida instituição em prol da melhoria da qualidade de vida dos moradores de Ritópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.581/2012, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Célio do Sintrocél, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.599/2012**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social** **Relatório**

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Círculo Operário de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.599/2012 pretende declarar de utilidade pública a entidade Círculo Operário de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da educação de crianças, jovens e adultos, com auxílio ao esporte, à cultura, à assistência social e à saúde.

Com esse propósito, a instituição busca amparar socialmente a coletividade e cultivar relações de parceria com organizações de trabalhadores, em consonância com os princípios sociais cristãos e os movimentos populares.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Círculo Operário de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.599/2012, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.119/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social** **Relatório**

De autoria do deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Missionária Amigos da Misericórdia de Rio Pardo de Minas, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.119/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Missionária Amigos da Misericórdia de Rio Pardo de Minas, com sede no Município de Rio Pardo de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o resgate e a reintegração na família e na sociedade de pessoas em situação de abandono, risco e vulnerabilidade.

Com esse propósito, a instituição desenvolve projetos com crianças e adolescentes, oferecendo casas de acolhimento, creches e escolas infantis; e com dependentes químicos, por meio de visitas domiciliares e hospitalares, palestras, orientação e terapia.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela associação na melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social do Município de Rio Pardo de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.119/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.134/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube do Martelo, com sede no Município de Alvinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.134/2013 pretende declarar de utilidade pública o Clube do Martelo, com sede no Município de Alvinópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a realização de atividades sociais, beneficentes, educacionais, culturais e recreativas, além de fomentar o desenvolvimento da radiodifusão educacional.

Com esse propósito, a instituição desenvolve sistema comunitário de comunicação no município, além de promover a integração dos moradores com a municipalidade para o desenvolvimento econômico e social de Alvinópolis.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Clube do Martelo de Alvinópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.134/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Rosângela Reis, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.182/2013**

### **Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, com sede no Município de Nepomuceno.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.182/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, com sede no Município de Nepomuceno, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prevenção ao uso de drogas e a assistência à recuperação dos usuários.



Com esse propósito, a instituição realiza trabalhos voltados para a comunidade, com palestras, ações educativas e de incentivo ao esporte, à cultura e ao lazer, além de prestar atendimento psicológico individual e familiar.

As políticas públicas voltadas para o enfrentamento do uso de drogas devem abranger estratégias de redução da oferta e da demanda do consumo de drogas. A estratégia de redução da oferta de drogas consiste em ações de repressão ao tráfico de entorpecentes e de combate ao crime organizado, enquanto a redução da demanda engloba as ações de tratamento, recuperação e reinserção social dos usuários e dependentes químicos.

As ações de prevenção têm o objetivo de fornecer informações e conscientizar as pessoas com relação à adoção de hábitos saudáveis e protetores em suas vidas, de forma a promover a saúde física e mental. Entre as ações de educação preventiva, estão as de desestimular o consumo inicial de drogas e álcool, incentivar a diminuição do consumo e reduzir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido em Nepomuceno pela Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.182/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Célio Moreira, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.333/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Jairo Lessa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego Seco, com sede no Município de Santa Maria do Salto.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.333/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego Seco, com sede no Município de Santa Maria do Salto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural de seus associados.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de implantação e gerenciamento de infraestrutura de saneamento e de eletrificação, de combate à fome à miséria, de proteção e preservação do meio ambiente, entre outras.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade no Município de Santa Maria do Salto, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.333/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Rosângela Reis, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.360/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Boinas Verdes de Ipatinga - BVI -, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.360/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Boinas Verdes de Ipatinga - BVI -, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo colaborar para a formação educacional e social de crianças e adolescentes.

Com esse propósito, a instituição desenvolve campanhas educativas em parceria com órgãos públicos e privados; ministra cursos profissionalizantes para facilitar o acesso ao primeiro emprego; realiza projetos socioeducativos, culturais e esportivos; e acompanha a vida familiar, escolar e social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação em prol de crianças e adolescentes do Município de Ipatinga, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.



### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.360/2013, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Rosângela Reis, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.497/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Cedro, com sede no Município de Ponte Nova.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.497/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Cedro, com sede no Município de Ponte Nova, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo auxiliar a comunidade na identificação e na solução de seus problemas.

Com esse propósito, a instituição defende os produtores familiares rurais, buscando apoio dos órgãos públicos para a produção e a comercialização de seus produtos. Além disso, zela pela proteção da saúde, da maternidade, da infância e da pessoa idosa, desenvolvendo ações que garantam atendimento e apoio a seus associados e à comunidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Cedro em prol dos habitantes dessa comunidade do Município de Ponte Nova, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.497/2013, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.501/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Morro do Rosário, com sede no Município de Abre Campo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.501/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Morro do Rosário, com sede no Município de Abre Campo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da pessoa idosa.

Com esse propósito, a instituição visa identificar e analisar os problemas da comunidade nas diversas áreas e buscar solucioná-los. Além disso, promove, estimula e apoia a divulgação do esporte e da cultura, integra seus beneficiários no mercado de trabalho, contribui para a disseminação dos valores do associativismo e do cooperativismo e combate a fome e a pobreza.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Morro do Rosário no Município de Abre Campo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.501/2013, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.509/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro JK - ACBJK -, com sede no Município de Guarda-Mor.





A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.509/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro JK - ACBJK -, com sede no Município de Guarda-Mor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo congregar os moradores do local para a melhoria de sua qualidade de vida.

Com esse propósito, a instituição defende os interesses comunitários; presta assessoria aos moradores; busca a captação de recursos financeiros e técnicos para projetos de formação e resgate da cidadania.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade dar nova redação ao art. 1º do projeto para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária do Bairro JK no Município de Guarda-Mor, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.509/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.517/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube Social de Terceira Idade em Lagoa Santa, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.517/2013 pretende declarar de utilidade pública o Clube Social de Terceira Idade em Lagoa Santa, com sede no Município de Lagoa Santa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo favorecer o conagração dos idosos, incentivando seu aprimoramento físico, mental e sociocultural.

Com esse propósito, a instituição promove e organiza cursos, palestras e outras atividades sociais, visando à melhoria da qualidade de vida de seus assistidos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Clube Social de Terceira Idade em Lagoa Santa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.517/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.532/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Leonídio Bouças, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Planura - Amaplan -, com sede no Município de Planura.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.532/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos de Planura - Amaplan -, com sede no Município de Planura, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento humano do município.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Planura; de fomento à integração social e profissional do cidadão; de estímulo a estudos de impacto social e ambiental na região; de promoção da probidade, da ética, da cidadania e dos direitos humanos.



Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.532/2013, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Bosco, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.559/2013**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Roseiras e Barragem, com sede no Município de Divinópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.559/2013 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Roseiras e Barragem, com sede no Município de Divinópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de ações assistenciais, culturais e comunitárias.

Na consecução de seu propósito, a instituição trabalha em prol da melhoria da qualidade de vida dos associados, promovendo ações de preservação do meio ambiente, principalmente no entorno da Orla do Lago, e atividades sociais, educacionais, culturais e esportivas.

Além disso, colabora na realização de pesquisas da situação socioeconômica dos moradores, observando os problemas existentes nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, segurança, meio ambiente, sustentabilidade e outras.

Tendo em vista o relevante propósito do Conselho Comunitário de Roseiras e Barragem na defesa dos direitos dos moradores da comunidade em que atua, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.559/2013, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.  
Celinho do Sinttrocel, relator.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/11/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada**

exonerando Frederico César do Carmo do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;  
exonerando Júlio César Dolabela Guimarães do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
nomeando Frederico César do Carmo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
nomeando Júlio César Dolabela Guimarães para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

#### **Gabinete da Deputada Luzia Ferreira**

exonerando Audemir Eustáquio Campos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;  
exonerando Leandro Martins Braga do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;  
nomeando Anne Aline Assis dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
nomeando Audemir Eustáquio Campos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Sebastião Costa**

exonerando, a partir de 1º/11/2013, Sofia Batista Duque do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda**

exonerando, a partir de 4/11/13, Ester Dias de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Natália Satlher de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Rosilane Miranda Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;



nomeando Vanessa Loyola Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

## **AVISO DE LICITAÇÃO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2013**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 168/2013**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/11/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a prestação de serviço de acesso à internet.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na R. Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO CTO/153/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Integrada Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de auditoria de imagem da ALMG na mídia. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO ADT/158/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Recall do Brasil Ltda. Objeto: prestação de serviços de arquivamento, guarda e desarquivamento de documentos da ALMG. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com supressão parcial do objeto e reajuste de preço. Vigência: de 20/10/2013 a 19/10/2014. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009-3.3.90.10.1.